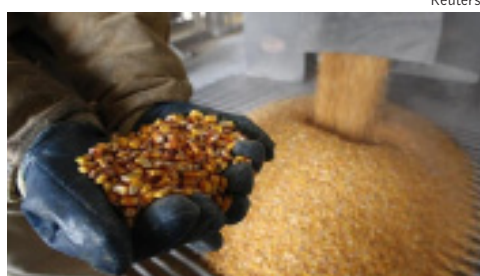


## Portfólio



### Caramuru Alimentos teve receita recorde

A Caramuru Alimentos S.A. obteve receita recorde de R\$ 8,63 bilhões em 2022. O valor é o maior dos 59 anos de história da empresa, completados no último final de semana, e representa um crescimento de 13,6% sobre o exercício anterior. O EBITDA Ajustado alcançou R\$ 639,2 milhões. **PÁGINA 3**

## Verde Asset

### Credit Suisse negocia venda de participação

O Credit Suisse Brasil confirmou que está negociando a venda de participação na gestora de Luís Stuhlberger, a Verde Asset, para a Lumina Capital Management. A Lumina foi fundada por Daniel Goldberg, atual conselheiro do Nubank. Fontes do mercado apontam que o Credit Suisse ainda teria participação de 25% na gestora de fundos de investimento. **PÁGINA 5**

## Serviços param

### Rio Grande do Norte tem 3º noite de ataques

O Rio Grande do Norte viveu mais uma madrugada de terror. A terceira desde o início do que está sendo descrito como atos terroristas. Serviços públicos básicos pararam. Incêndios em depósitos de pneus para reciclagem, automóveis e ônibus privados não foram evitados mesmo com a chegada da Força Nacional. **PÁGINA 8**

## Incertezas

### BCE aumenta taxa de juros em 50 pontos-base

O Banco Central Europeu decidiu elevar as principais taxas de juros em 50 pontos-base (pb), após concluir reunião de política monetária, como já havia sinalizado no começo do mês passado, apesar de recentes incertezas no sistema bancário global. **PÁGINA 5**

## Presidente afirma que é possível fazer acordos binacionais



# Lula defende união na América do Sul

### O presidente afirmou que o Brasil deve ser "humilde" e combinar crescimento econômico com o de seus parceiros

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, comprometeu-se a fazer com que o dinheiro da usina hidrelétrica Itaipu Binacional seja gasto da "melhor forma possível", combinando tanto os interesses do Brasil quanto os do Paraguai. Ele afirmou que, por um equívoco do próprio governo, ainda não foi indicada toda a diretoria da empresa, mas que as indicações dos diretores e integrantes do conselho serão feitas logo. Lula afirmou que é preciso aprimorar a política

de relação externa do Brasil, ressaltando o acordo com o Paraguai para a construção da Itaipu Binacional. Segundo ele, o Brasil tem que ter responsabilidade de que outros países cresçam juntos, para que possamos viver em um continente de paz e tranquilidade e evitar conflitos entre os povos. Como o maior país da América do Sul, o presidente pontuou que o Brasil deve ser "humilde" e combinar crescimento econômico com o de seus parceiros, em um aceno ao fortalecimento das relações com os países vizinhos. **PÁGINA 2**

## TECNOLOGIA



### Bayer lança plataforma digital junto com a Microsoft para o agronegócio

**PÁGINA 3**

## MEIO AMBIENTE

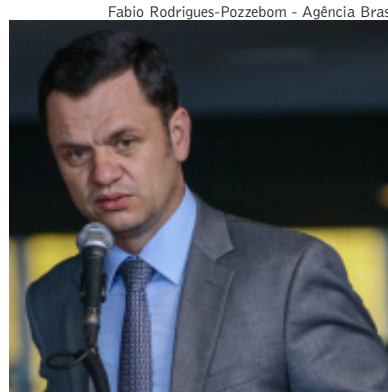
### Vale produz pela primeira vez pelotas com fontes renováveis

A Vale anunciou que pela primeira vez conseguiu produzir pelotas de qualidade comercial em escala industrial sem o uso de carvão antracito. Em um teste feito em uma usina de pelotização em Vargem Grande, Minas Gerais, a Vale substituiu 100% do combustível fóssil por biocarbono para queimar as pelotas (pequenas bolas de minério de ferro usadas na fabricação do aço). O biocarbono é um produto renovável e de emissão zero obtido pela carbonização da biomassa. O teste começou substituindo 50% do carvão por biocarbono, antes de aumentar gradativamente até 100%. No total, foram produzidas 50.000 toneladas de pellets. **PÁGINA 3**

## ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

### Torres desconhece quem escreveu minuta do golpe

O ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, prestou depoimento ao TSE sobre a minuta golpista para anular o resultado da eleição. Embora tenha recebido autorização para ficar em silêncio, ele respondeu todos os questionamentos. **PÁGINA 6**



Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

## REGRA FISCAL

### Deputado apresenta projeto de lei alternativo

O deputado Pedro Paulo protocolou na Câmara um projeto de lei alternativo de novo arcabouço fiscal, no momento em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, faz as últimas conversas antes de tornar pública a proposta do governo Lula. **PÁGINA 7**

**IBOVESPA** 103.434,66 ↑ 0,74%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
LOCAWEB ON NM	6,76	+13,04%	+0,78
PETZ ON NM	6,82	+8,08%	+0,51
CVC BRASIL ON NM	3,32	+8,14%	+0,25
HAPVIDA ON NM	2,64	+4,76%	+0,12
LOCALIZA ON NM	55,79	+5,46%	+2,89

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
TAESA UNT N2	35,75	-4,03%	-1,50
ENEVA ON NM	11,37	-3,07%	-0,36
VIA ON NM	2,06	-2,83%	-0,06
ENGIE BRASIL ON NM	40,91	-2,76%	-1,16
REDE D OR ON NM	23,250	-2,19%	-0,520

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON ED NM	81,75	+0,37%	+0,30
PETROBRAS PN N2	23,26	-0,34%	-0,08
BRADESCO PN N1	13,91	+2,81%	+0,38
ITAUUNIBANCO PN N1	24,03	+1,65%	+0,39
PETRORIO ON NM	31,70	+1,77%	+0,55

## BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.246,55	+1,17%
S&P 500	3.960,28	+1,76%
NASDAQ	11.717,28	+2,48%
DAX 30	14.967,10	+1,57%
FTSE 100	7.410,03	+0,89%
IBEX 35	8.890,20	+1,50%

DÓLAR COMERCIAL		
COMPRA	VENDA	
5,239	5,240	<span style="color: red;">↓</span> -1,03%

PESO		
COMPRA	VENDA	
0,025	0,026	<span style="color: red;">↓</span> -1,21%

EURO		
COMPRA	VENDA	
5,561	5,562	<span style="color: red;">↓</span> -0,73%

LIBRA		
COMPRA	VENDA	
6,348	6,351	<span style="color: red;">↓</span> -0,61%

OURO		
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA	
317,80	USD\$ 1.919,3	

## TRATADO

# Lula diz que Itaipu precisa voltar a ser uma empresa extraordinária

O presidente afirmou que o potencial da usina pode favorecer a produção de uma fonte energética limpa que tem despertado cada vez mais o interesse estrangeiro: o hidrogênio verde

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, comprometeu-se a fazer com que o dinheiro da usina hidrelétrica Itaipu Binacional seja gasto da "melhor forma possível", combinando tanto os interesses do Brasil quanto os do Paraguai. Ele afirmou que, por um equívoco do próprio governo, ainda não foi indicada toda a diretoria da empresa, mas que as indicações dos diretores e integrantes do conselho serão feitas logo.

A declaração ocorreu em evento de posse do novo diretor-geral brasileiro, Enio Verri, na quinta-feira, 16.

Segundo o presidente brasileiro, a realidade a ser levada em consideração de ambos os países passa por oferecer às cidades vizinhas ajuda a indígenas, quilombolas e pescadores. "Itaipu precisa voltar a ser uma empresa extraordinária como sempre foi. Precisa ter em conta que ela tem que contribuir com o desenvolvimento do País, tanto do Brasil quanto do Paraguai. Não é apenas vendendo energia, é com o pouco de dinheiro que a empresa recebe, compartilhar com a sociedade, para que a sociedade receba os benefícios que tem que receber."

Ao se dirigir ao presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, presente na cerimônia, Lula disse ter certeza de que os termos da renegociação do anexo C do Tratado de Itaipu, que estabelece as condições para comercialização da energia gerada, irão considerar o desenvolvimento de ambos países. "Nós iremos fazer um tratado que leve muito



Lula e Verri: "é preciso aprimorar a política de relação externa do Brasil, ressaltando o acordo com o Paraguai"

em conta a realidade dos dois países e o respeito que o Brasil tem que ter em relação ao seu aliado, nosso companheiro Paraguai."

O tratado firmado entre ambos os países vence em 2023. As negociações vão envolver os governos do Brasil e do Paraguai e, segundo a empresa, devem começar em agosto deste ano.

Lula afirmou que é preciso

aprimorar a política de relação externa do Brasil, ressaltando o acordo com o Paraguai para a construção da Itaipu Binacional. Segundo ele, o Brasil tem que ter responsabilidade de que outros países cresçam juntos, para que possamos viver em um continente de paz e tranquilidade e evitar conflitos entre os povos.

Como o maior país da América do Sul, o presidente pontuou

que o Brasil deve ser "humilde" e combinar crescimento econômico com o de seus parceiros, em um aceno ao fortalecimento das relações com os países vizinhos.

Com isso, Lula reiterou o compromisso de fortalecer o Mercosul e a Unasul e se comprometeu a reconstruir a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Em

sua avaliação, o País se encontra mais maduro e consciente.

"Acordo entre Paraguai e Brasil para construção e na administração é um acordo civilizatório, é como se fossem medidas as proporções da construção de uma União Europeia. Provamos que é possível fazer acordos binacionais; estabeleceu uma regulação que permite que os dois povos ganhem, que os dois países ganhem e que a gente possa efetivamente viver num mundo de tranquilidade", disse ele durante a posse do novo diretor-geral de Itaipu.

Lula acrescentou que o potencial da usina pode favorecer a produção de uma fonte energética limpa que tem despertado cada vez mais o interesse estrangeiro: o hidrogênio verde. "Itaipu é uma coisa fantástica: você tem um lago enorme e você tem uns canos brancos que produzem dólares. Sim, ali, na verdade, se produz dinheiro. Quando vejo Itaipu vertendo água, fico imaginando na quantidade de dólares. Quem sabe em um futuro muito próximo a gente produzirá Hidrogênio Verde a partir dessa água de Itaipu, ganhando dinheiro das duas pontas", disse.

Lula destacou a importância para a economia do Paraguai de encerrar o pagamento das parcelas de financiamento da construção da usina binacional, e assegurou a boa vontade brasileira para as próximas negociações envolvendo o empreendimento.

"Tenho certeza de que faremos um tratado que leve muito em conta a realidade dos dois países e que leve muito em conta o respeito que o Brasil tem que ter por seu aliado, o nosso que-

rido Paraguai", disse.

Lula lembrou que, durante as negociações para a construção de um link ligando a usina à capital paraguaia, Assunção, o governo brasileiro recebeu muitas críticas de seu empresariado por estarem favorecendo a ida de empresas brasileiras ao país vizinho.

"Esse era o objetivo mesmo, porque um país do tamanho do Brasil, que faz fronteira com todos os países da América do Sul menos Equador e Chile, é um país que tem de combinar o seu crescimento econômico com o crescimento econômico dos seus parceiros", argumentou.

Ainda na defesa de uma unificação cada vez maior entre os países do continente, Lula disse que retomará o compromisso assumido em seus mandatos anteriores, de fortalecer a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), inaugurada em 2010, em Foz do Iguaçu.

"Depois que deixei a Presidência, pouca coisa foi feita na Unila. E eu sonhava que essa universidade deveria ter, nos dias de hoje, mais de 20 mil alunos. O meu compromisso com o povo brasileiro é o de reconstruir a Unila", disse.

"Como é que um país do tamanho de Cuba, com 10 milhões de habitantes e um território do tamanho de Pernambuco, consegue ter universidade de Medicina para oferecer a estudantes de toda a América do Sul e, gratuitamente, para países africanos? E como é que um país do tamanho e com a grandeza do Brasil não tem essa generosidade de oferecer possibilidade para as crianças e adolescentes de todo o nosso continente?", complementou.

## ANÁLISE

## Ministério faz mais três indicações para o Conselho da Petrobras

A Petrobras comunicou ao mercado na quarta-feira, 15, que recebeu novo ofício do Ministério de Minas e Energia (MME) com novas indicações da União ao Conselho de Administração (CA) e ao Conselho Fiscal (CF) da companhia. Segundo a estatal, as três novas indicações ao CA têm caráter "suplementar" e não anulam as indicações anteriores.

Os três novos nomes, a serem acrescentados à lista de oito já enviados, são: Renato Campos Galuppo; Anelize Lenzi Ruas De Almeida; e Evamar José dos Santos. No Fato Relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não constavam os currículos resumidos dos indicados, como é praxe.

"A pedido do MME, essas indicações deverão ser avalia-

das pelos órgãos competentes da companhia para que, caso sejam constatados impedimentos que inviabilizem a continuidade de algum ou de alguns dos outros candidatos indicados anteriormente, possam ser realizadas substituições tempestivamente, sem atraso na realização da assembleia", informou a Petrobras.

Na prática, portanto, o MME enviou à Petrobras nomes reservas aos oito já enviados para o caso de algum impedimento. O Comitê de Pessoas (Cope) da Petrobras se reúne na quinta-feira, 16, para começar a avaliar os oito nomes já indicados.

Segundo fontes, pelo menos três deles - Pietro Mendes, Bruno Moretti e Sérgio Rezende - tiveram ressalvas a indicação nos

pareceres da governança interna, que balizam a análise do Cope. Os dois primeiros por ocuparem cargos no governo federal e o último por ser liderança partidária, o que é vedado pela Lei das Estatais, reproduzida no Estatuto da Petrobras.

Outros três - o próprio presidente Jean Paul Prates, Vitor Saback e Suzana Kahn - teriam pareceres favoráveis. Os dois últimos - Eugênio Teixeira e Efrain Cruz - ainda não teriam tido a documentação completa enviada à companhia e, por ora, ainda não podem ser avaliados pelo Cope.

O relatório do Cope, no entanto, tem caráter consultivo e pode ser ou não seguido pelo atual Conselho na avaliação dos nomes. Ainda se o colegiado optar por reprovar nos,

eles podem ser aprovados por maioria de votos na assembleia de acionistas e posteriormente empossados, como aconteceu sob o governo Jair Bolsonaro (PL).

O envio de novos nomes pelo MME denota, portanto, atenção do governo às regras de governança ou acomodação a arranjos políticos que vêm marcando a sucessão na estatal.

No mesmo comunicado, a Petrobras informa que os quatro indicados ao CF são: Daniel Cabaleiro Saldanha e Cristina Bueno Camatta, como titulares, além de Gustavo Gonçalves Manfrim e Sidnei Bispo, como suplentes.

As indicações ao CF também serão submetidas ao corpo de acionistas em assembleia marcada para 27 de abril.



Indicações deverão ser avaliadas pelos órgãos competentes

**Diário Comercial**

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

**RIO DE JANEIRO**  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

**SÃO PAULO**  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

**BRASÍLIA**  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

**BELO HORIZONTE**  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

**REPRESENTANTE COMERCIAL**  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

**DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA**  
Bruna Luz

**DIRETOR EXECUTIVO**  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

**DIAGRAMAÇÃO:** André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br  
**PUBLICIDADE:** RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

**SERVIÇO NOTICIOSO:** Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara  
**IMPRESSÃO:** RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital:

PARCERIA

# Bayer lança plataforma digital junto com a Microsoft para o agronegócio

Informações de atividades de campo obtidas por máquina agrícolas, serão processadas, armazenadas em nuvem e convertidas em ferramentas mais facilmente utilizáveis por outras empresas

**P**ouco mais de um ano depois de firmar parceria com a Microsoft para desenvolver ferramentas digitais para o agronegócio, a Bayer anuncia os primeiros resultados do acordo: novas soluções para uso não somente dos agricultores, até então foco da estratégia digital da companhia, mas de toda a cadeia ao redor deles: indústria, varejistas, bancos, seguradoras, startups e outros agentes.

Alguns dos serviços serão ofertados pela própria Bayer, os chamados "AgPowered Services", utilizando o sistema da Microsoft Azure Data Manager for Agriculture, que coleta e organiza, de forma simplificada, milhares de dados compilados de diferentes fontes. Informações de atividades de campo obtidas por máquina agrícolas, imagens de satélite, drones e outras fontes serão processadas pelo Azure Data Manager, armazenadas em nuvem e convertidas em ferramentas mais facilmente utilizáveis por outras empresas para obter análises preditivas, por exemplo.

"Como olhar para imagens de satélite e remover o efeito de ter nuvens nas imagens? Como usar essas imagens para prever se há doenças ou outras coisas acontecendo na plantação, ou usar os dados para prever como a safra avançará e de que forma isso pode mudar dependendo de ter dias ensolarados ou frios? Estes são exemplos de recursos que vamos oferecer, os AgPowered Services que, combinados com o Azure Data Manager, permitirão às empresas avançar em suas atividades mais efetivamente", explicou ao Broadcast Agro (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), em entrevista, o presidente global da Climate FieldView, plataforma de agricultura



A Bayer deve ampliar o escopo de suas soluções digitais, alcançando empresas de alimentos, bancos, montadoras, grandes e pequenas companhias

digital da Bayer, Jeremy Williams.

A oferta de soluções da nova plataforma, contudo, não se limitará aos serviços da Bayer, afirma Williams. "Nossa expectativa é que os clientes sejam capazes de selecionar diferentes grupos de recursos, conforme suas necessidades, e que adicionalmente outras empresas contribuam com tecnologias e recursos para a plataforma. Não será apenas a Microsoft e sua base ou a Bayer; com o tempo serão outras empresas", explica o executivo. "Acredito que nos tornaremos algo similar à Amazon, que tem recursos para fornecer, tem seus próprios produtos para venda, mas também tem um marketplace para outras empresas que busquem solucionar um problema por meio da joint venture formada pela plataforma", disse.

Com dados próprios e

outros fornecidos por parceiros ao longo do tempo - com o consentimento de produtores, seguindo normas legais de cada país, ressalta Williams -, a Bayer deve ampliar o escopo de suas soluções digitais, alcançando empresas de alimentos, bancos, montadoras, grandes e pequenas companhias, além de startups. Seu interesse, prevê a empresa, não será só a operação agrícola em si como também sua rastreabilidade, em monitorar o retorno das lavouras, correlacionar com emissões de carbono e outras atividades. "Quando um cliente entrar na nova plataforma, encontrará muitas soluções para escolher e poderá fazer parte do sistema às vezes compartilhando dados, às vezes comprando soluções", disse Williams.

Um dos parceiros globais da Bayer e Microsoft na estreia da iniciativa será a CNH Industrial,

de equipamentos agrícolas, que compartilhará seus dados com a plataforma tendo em vista, em um futuro próximo, oferecer a produtores sistemas de mais fácil uso. Outro parceiro, de acordo com Williams, será a Land O'Lakes, empresa norte-americana de alimentos com atuação em todo o país. "Conhecemos muitos bancos interessados em ter recursos digitais que ajudem a avaliar como as operações agrícolas de clientes estão avançando, para usar essas informações em determinados serviços financeiros", explica o presidente global da Climate FieldView.

"Ainda teremos o Climate FieldView como a parte do que fazemos focado no produtor. Mas estamos realmente nos movendo para um espaço em que poderemos ter um impacto maior na agricultura, ajudar a indústria de alimentos a ser mais

produtiva e sustentável, assim como outras empresas."

Após ser lançada neste mês em forma de teste para clientes, a companhia deve anunciar, "mais tarde", em data a ser definida, o início da operação comercial. Os detalhes sobre como monetizar a nova plataforma ainda estão sendo discutidos, de acordo com Williams, mas a ideia é licenciar soluções, softwares ou aplicativos para as empresas clientes, assim como um usuário paga pelo pacote Office ou por um aplicativo qualquer.

O número de clientes que poderão ser atraídos para a plataforma nesta nova etapa ainda não foi estimado, diz Williams, mas a perspectiva é que, inicialmente, a maior parte seja de grandes empresas com negócios relacionados ao agronegócio. "Nosso foco inicial tem sido os grandes players, mas acredito

que as soluções serão úteis também para empresas de médio porte e também para as pequenas, como startups", explica.

A Climate FieldView, plataforma da Bayer focada no produtor rural e no monitoramento de lavouras, chega hoje a 23 países monitorando 220 milhões de acres (pouco mais de 89,030 milhões de hectares) em todo o mundo. No Brasil, até o começo de 2022, 22 milhões de hectares eram mapeados pela ferramenta.

Apesar da perspectiva de cobrança pelas soluções ofertadas na plataforma conjunta com a Microsoft, grande parte do retorno das iniciativas digitais da Bayer vem da melhor avaliação que produtores e clientes passam a ter de seus produtos - agroquímicos e sementes - com o uso de soluções digitais e suas recomendações.

"Sabemos hoje que as pessoas que já estão na plataforma Climate FieldView avaliam nossos produtos físicos melhor, nos dão pontuações mais altas; com eles, temos menos desgaste e eles compram mais produtos de nossa marca. O que as equipes comerciais acreditam agora é que podemos alavancar um maior engajamento e lealdade para gerar ainda mais valor para a empresa daqui para frente", argumenta Williams. "Escolhemos estrategicamente gerar mais valor do uso do Climate FieldView por meio das vendas de produtos físicos e outros benefícios indiretos, em vez de necessariamente tentar gerar receita de assinaturas, mas é muito claro que o uso da plataforma gera valor para os agricultores e eles estão dispostos a compartilhar isso conosco. O equilíbrio exato entre ganhos diretos e indiretos é algo que vamos otimizar ao longo do tempo."

## DIVERSIFICAÇÃO DE PORTFÓLIO

### Caramuru Alimentos registrou receita recorde de R\$ 8 bilhões

A Caramuru Alimentos S.A. obteve receita recorde de R\$ 8,63 bilhões em 2022, informou a companhia em seu relatório de resultados do 4º trimestre de 2022 e do consolidado do ano. O valor é o maior dos 59 anos de história da empresa, completados no último final de semana, e representa um crescimento de 13,6% sobre o exercício anterior. O EBITDA Ajustado alcançou R\$ 639,2 milhões, crescimento de 10,8% sobre o mesmo período de 2021, e o lucro líquido alcançou R\$ 348,7 milhões.

Segundo a empresa, 2022 foi mais um ano de realizações para a Caramuru. "Foi o quarto ano consecutivo de crescimento nos resultados, com diversas conquistas operacionais e financeiras", celebra Júlio César da Costa, CEO da Caramuru. "O portfólio de commodities diferenciadas e produtos de consumo B2B e B2C permitiu à companhia ter uma carteira de clientes diversificada, potencializando o crescimento da receita nos mercados interno e externo", explica Júlio.

Diante dos desafios do ano anterior, a estratégia de diversificação no portfólio se mostrou acertada, contribuindo positivamente para o crescimento da receita. No comparativo anual,

a participação do segmento de commodities diferenciadas em relação a receita líquida foi de 36%, de commodities 19%, biocombustíveis 30% e produtos de consumo 15%.

Em 2022, tanto a Receita Líquida proveniente do Mercado Interno quanto a Receita Líquida referente ao Mercado Externo apresentaram crescimento em relação a 2021. O Mercado Interno apresentou 13% de crescimento principalmente devido a preços mais elevados de biodiesel, maiores volumes de farelos e óleos. Já no Mercado Externo, houve um crescimento de 14,7%, com preços em dólares mais apreciados, volumes maiores e aumento nas exportações de milho em grãos no período. Em relação à participação na Receita Líquida total, em 2022 o mercado interno representou 60,8%, em linha com os 61,2% em 2021.

No ano de 2022 foram muitos investimentos. Durante o período, a Caramuru aprovou o investimento de mais uma planta industrial de glicerina refinada, a ser implantada na unidade de Sorriso-MT, aproveitando o know how operacional e comercial, além da disponibilidade de matéria-prima e potencial da região. Outro investimento na unidade em Sorriso,

a construção de um armazém graneleiro, com capacidade de 120.000 toneladas, já em operação e recebendo soja NGMO, proporcionando rastreabilidade e redução nos custos de origem.

A companhia também investiu na planta de farelo SPC GMO (geneticamente modificado) em Itumbiara-GO, que está em fase de conclusão, com previsão de início das operações para o final do segundo trimestre de 2023. O investimento permitirá à empresa atuar em outros nichos de mercado de commodities diferenciadas, principalmente no mercado sul-americano de produtores de ração para aquicultura, bem como no mercado do sudeste asiático.

Uma grande novidade para este ano é o etanol de soja que está na fase final das aprovações regulatórias, que em breve será comercializado pela empresa. "Todos, importantes avanços que irão contribuir, em 2023, na redução de custos e alto valor agregado de mercado", afirma o CEO.

Desde a sua fundação, a Caramuru desenvolve sua governança em sustentabilidade, promovendo a adoção de melhores práticas sustentáveis, continuamente assumindo compromissos e ações.

## EVOLUÇÃO

### Vale produz pela primeira vez pelotas com fontes renováveis

A Vale anunciou na quinta-feira que pela primeira vez conseguiu produzir pelotas de qualidade comercial em escala industrial sem o uso de carvão antracito. Em um teste feito em uma usina de pelletização em Vargem Grande, Minas Gerais, a Vale substituiu 100% do combustível fóssil por biocarbono para queimar as pelotas (pequenas bolas de minério de ferro usadas na fabricação do aço).

O biocarbono é um produto renovável e de emissão zero obtido pela carbonização da biomassa.

O carvão antracito responde por cerca de 50% das emissões de dióxido de carbono na produção de pelotas, que é o processo mais intensivo em carbono da Vale em termos de emissões diretas da empresa. Hoje, a pelletização responde por 30% das emissões totais de Escopo 1 da Vale. O teste começou substituindo 50% do carvão por biocarbono, antes de aumentar gradativamente até 100%. No total, foram produzidas aproximadamente 50.000 toneladas de pellets, das quais 15.000 toneladas foram produzidas com 100% de biocarbono certificado.

Segundo o engenheiro Rodrigo Boyer, que liderou a iniciativa, o uso de biocarbono

apenas na usina de pelletização de Vargem Grande reduzirá as emissões anuais de dióxido de carbono em cerca de 350 mil toneladas, o equivalente à emissão anual de aproximadamente 75,4 mil carros pequenos de 1 litro.

"Mais testes serão realizados em 2023, de maior duração, para avaliar minuciosamente o processo. Somente após esta etapa poderemos gerar informações para o desenvolvimento das obras de engenharia necessárias visando a implantação definitiva deste projeto", explica.

O gerente executivo de projetos de descarbonização da Vale, Rodrigo Araújo, afirma que o teste é mais um grande passo na jornada da empresa, em linha com o compromisso de atingir emissões líquidas zero de carbono escopo 1 e 2 até 2050. O escopo 2 refere-se às emissões indiretas da compra de energia elétrica. "No caso da pelletização, o uso do biocarbono é nossa principal iniciativa, devido ao grande potencial de produção de biomassa no Brasil", afirma.

Não é por acaso que a Vale escolheu o Dia Nacional de Consolidação sobre Mudanças Climáticas para anunciar os resultados de seu teste de produção de pelotas à base de biocarbono. A

data foi instituída pela Lei 12.533 de 2011, como forma de conscientizar e estimular o debate sobre os impactos das mudanças climáticas no planeta e estimular a adoção de medidas para mitigar esses impactos.

A Vale está investindo entre US\$ 4 bilhões e US\$ 6 bilhões para reduzir suas emissões diretas e indiretas em 33% até 2030, de acordo com o Acordo de Paris, e com o objetivo de atingir o zero líquido em 2050. Além disso, até 2035, a empresa está comprometida em reduzir suas emissões de Escopo 3, relacionadas à sua cadeia de valor (ou seja, fornecedores e clientes), em 15%.

"A agenda climática é uma prioridade para a Vale. Por exemplo, desde 2020 a empresa adota um preço interno de carbono de US\$ 50 por tonelada métrica de CO2 equivalente ao avaliar a alocação de capital em novos projetos", diz Rodrigo Lauria, gerente executivo de mudanças climáticas da Vale.

Para atingir essas metas, a empresa vem investindo em tecnologias de baixo carbono, como a utilização de caminhões elétricos de 72 toneladas, já em operação na Indonésia e Minas Gerais, e cerca de 50 equipamentos de mineração subterrânea no Canadá.

**REGRA FISCAL**

# Arthur Lira afirma que encontro com Fernando Haddad foi amistoso

O presidente da Câmara dos Deputados disse que o ministro da Fazenda tem tido sensibilidade com o assunto e conta com a boa vontade dos parlamentares

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou, em entrevista à GloboNews, que o jantar que teve com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi "amistoso" e de "aproximação", marcado por conversas sobre o arcabouço fiscal e a reforma tributária. Ele disse que o chefe da equipe econômica lhe apresentou as "linhas mestras" da nova regra, mas que não o forçou por detalhes.

"O núcleo do governo precisa sintonizar e apoiar o texto que o ministro da Fazenda - junto com sua equipe, envolvendo o Ministério do Planejamento - decidir. A princípio, este texto vem sendo gestado com muito carinho, com muito afinco, a muitas mãos, ouvindo pessoas das mais diversas opiniões", disse Lira.

Lira elogiou as conversas que têm tido com Haddad, classificando-as como "proveitosas".

Segundo o presidente da Câmara, o ministro tem tido "sensibilidade muito boa" no diálogo com o Parlamento e que, desta forma, conta com a simpatia e a boa vontade dos deputados. "É louvável a capacidade de arrematamento dele, da equipe dele no trato com o Congresso Nacional", disse.



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (de terno preto e gravata amarela): "O núcleo do governo precisa apoiar o texto que o ministro decidir"

O presidente da Câmara elogiou também o modelo do Banco Central independente. Lira disse que o momento atual exige um "armistício", em referência às tensões entre o governo e a autoridade monetária.

"Já coloquei publicamente que o modelo do BC independente é adequado e correto.

Quem cuida da autoridade monetária brasileira, da taxa básica de juros, perspectiva de inflação e protege nossa moeda é o Banco Central. É bom para o País e é bom para o governo", afirmou Lira.

O presidente da Câmara disse que um clima mais tranquilo pode contribuir para o Congresso dar andamento a

"matérias que vão dar credibilidade para que a queda dos juros aconteça naturalmente".

Lira afirmou ainda que é contra uma parte da Lei das Estatais. A legislação impede a indicação de membros de partidos políticos ou participantes de campanhas eleitorais para cargos de direção em empresas públicas.

Segundo Lira, o ponto que precisa ser modificado é o que impede a indicação de diretores partidários para cargos de alto escalão nas estatais. "A Lei de Estatais veio como tantas outras para proteger uma determinada função e é bom que ela permaneça, mas há alguns excessos, e toda lei pode ser

aperfeiçoada", afirmou.

O presidente da Câmara classificou a quarentena de 36 meses exigida pela lei como "absurda" e defendeu que "outros critérios precisam ser observados", sem entrar em detalhes.

O presidente da Câmara afirmou que se distanciou do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em meio a divergências sobre a tramitação das medidas provisórias. "Não tenho nada contra o Pacheco, não estou de mal, mas estamos conversando pouco", disse.

O deputado defendeu uma mudança na Constituição para acabar com o modelo de comissões mistas para análise das medidas provisórias. "A comissão mista é antidemocrática. Ela não é inconstitucional, mas antidemocrática. São 12 deputados de 513 que fazem parte da comissão e 12 senadores de 81. Os deputados estão pouco representados", afirmou.

A Constituição determina que as medidas provisórias editadas pelo presidente da República devem ser analisadas em até 120 dias pelo Congresso Nacional. O processo deve ser iniciado pela comissão mista, mas o esquema foi suspenso devido à pandemia de covid-19. Atualmente, os textos estão sendo apreciados primeiro pelo plenário da Câmara.

**DESIGUALDADE**

## PIB do Nordeste cresceu abaixo da média nacional

Passado o choque inicial provocado pela pandemia de covid-19, em 2020, a economia da Região Nordeste mostrou crescimento nos anos seguintes, mas ainda aquém da média nacional, estimou o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

O Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste teria passado de um tombo de 4,1% em 2020, para crescimentos de 3,5% em 2021 e de 3,4% em 2022. Já o PIB brasileiro saiu de queda de 3,3% em

2020 para uma alta de 5,0% em 2021 e avanço de 2,9% em 2022.

Enquanto o Brasil cresceu, em média, 8,0% no biênio 2021-2022, a Região Nordeste avançou 7,0%, resultado superior apenas ao do Norte, que expandiu 6,1%, calculou o Ibre/FGV. Os demais avanços no biênio foram de 8,4% para o Sudeste; 8,2% para o Sul; e 8,6% para o Centro-Oeste.

"Com o objetivo de reduzir as enormes desigualdades socioeconômicas entre as regiões, é importante que

se mude esse cenário, com o crescimento mais robusto da região Nordeste. É necessário que sejam adotadas políticas públicas que potencializem a economia da região e consiga fazer com que a redução das disparidades com relação às demais regiões do país sejam minimizadas de forma mais rápida que a atualmente observada", defendeu o levantamento feito por Juliana Trece e Claudio Considera, pesquisadores do Ibre/FGV.

A expansão mais modesta no Nordeste teve influência,

em 2021, do fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, na Bahia, no início daquele ano, o que impactou o desempenho da indústria de transformação na região.

"Estima-se que a representatividade da indústria de transformação nordestina tenha se reduzido no Brasil de 10,5% em 2020 para 9,6% em 2021, o menor percentual desde 2014. Em 2022, a estimativa é que a participação da indústria de transformação nordestina tenha se mantido nesse patamar", escreveram os pesquisa-

dores do Ibre/FGV no estudo.

Quanto ao avanço na economia nordestina acima da média nacional em 2022, o resultado foi impulsionado pela recuperação nos serviços de transportes, administração pública, informação e comunicação, outros serviços e aluguéis.

O Nordeste corresponde a cerca de 18% do território do Brasil, concentrando 28% da população do País, mas representava apenas 13,6% do PIB brasileiro, na média de 2002 a 2020. Em 2003, a participa-

ção da economia nordestina no PIB desceu ao piso de 12,8%, alcançando um pico de 14,5% em 2017. Em 2020, essa fatia foi de 14,2%.

A geração de riqueza dentro do Nordeste é bastante concentrada: Bahia, Pernambuco e Ceará detêm 62,8% do PIB da região.

Na média de 2002 a 2020, todos os Estados nordestinos figuraram entre os dez menores níveis de PIB per capita do País. O Acre foi o único Estado fora da região a figurar no ranking.

**PELO MUNDO**

### UBER: HÁ VÍNCULO EMPREGATÍCIO OU NÃO?

por **Suellen Scariz**



Advogada no Brasil e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas - Menção em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, exerce funções na Câmara Municipal de Portugal

**NOS ÚLTIMOS ANOS** o crescimento da economia digital e a utilização de aplicativos que fazem a intermediação de mão de obra para os mais diversos serviços tem gerado grande debate no âmbito jurídico, e até mesmo decisões judiciais distintas.

Relativamente à relação jurídica entre a Uber (aqui exemplificando as demais plataformas digitais) e aqueles colaboradores espalhados pelo mundo, que utilizam-se de tais plataformas para novos clientes, há uma grande questão, a dúvida se há vínculo empregatício ou não?

**A QUESTÃO COMEÇA** quando observados os requisitos necessários para a caracterização do vínculo de emprego. Existem diversas formas e regimes jurídicos de prestação de serviços, que não necessariamente se enquadram no modelo clássico de carteira de trabalho assinada, também caracterizado como

vínculo empregatício, que deverá ser reconhecido sempre que preenchidos os requisitos, ainda que a realidade fática não haja assinatura na CTPS.

**AS TURMAS DO TRIBUNAL** Superior do Trabalho têm divergido em relação ao tema, porém, há que se ressaltar importante decisão, das mais recentes na temática e que evidencia o caminho que provavelmente será seguido pelo Pleno do Tribunal quando decidir a questão com efeitos vinculantes.

A decisão do Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, e sua forte fundamentação para reconhecimento do vínculo de emprego entre plataforma digital e o trabalhador, demonstrados os requisitos em uma leitura contemporânea e adaptada à realidade atual.

**A DECISÃO DEFINE QUE** a Uber não fabrica tecnologia e que aplica-

tivo não é a sua atividade, sendo seu objetivo propiciar o transporte através de um meio tecnológico que faz a conexão entre o motorista e o usuário. O Direito Comparado informa que Inglaterra, Suíça, França, cidades como Nova York e Seattle compreendem o reconhecimento do vínculo empregatício como adequado.

O requisito da subordinação, já não é preenchido com a subordinação clássica, há uma subordinação executiva, que confere maior ou menor autonomia ao trabalhador, podendo ser efetivado através da forma algorítmica, exemplificada pelo controle exercido pela própria tecnologia, com a determinação dos preços das corridas, com os métodos de avaliação, dentre outros.

**QUANTO AO REQUISITO** da pessoalidade, é notória a necessidade de preencher os requisitos para conseguir o cadastro na plataforma, evidenciando que somente a pes-

soa inscrita, que tenha as necessárias condições, como CNH, poderá desempenhar a atividade.

Quanto à onerosidade, é evidente que quem define os valores das corridas, bem como a participação a que fará jus o motorista, é a própria Uber. Quanto à não eventualidade, ainda que exista a liberdade de prestar ou não o serviço, é uma relação que se protraí no tempo, que deixa de ser eventual, ainda que não haja dias certos ou pré-definidos.

**ESSES FORAM OS** fundamentos da referida decisão, cabendo informar que existem outras decisões, de outras turmas do TST, em sentido contrário, compreendendo-se não estarem caracterizados os requisitos para a relação de emprego. É bastante provável que, em breve, seja definida a jurisprudência para pacificar a questão, por enquanto, seguem os debates e as opiniões diversas.

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

INCERTEZAS



O Credit Suisse anunciou a intenção de acessar uma linha de liquidez adicional fornecida à instituição pelo Banco Nacional da Suíça no valor de até 50 bilhões de francos suíços, ou US\$ 53,7 bilhões

# Credit Suisse Brasil negocia venda de participação na Verde Asset

As conversas entre Verde Asset, Credit Suisse e Lumina começaram há alguns meses e, pelo acordo, o banco continuará distribuindo produtos da empresa

O Credit Suisse Brasil confirmou que está negociando a venda de participação acionária na gestora de Luís Stuhlberger, a Verde Asset, para a Lumina Capital Management. A Lumina foi fundada por Daniel Goldberg, ex-presidente do Morgan Stanley no Brasil e atual conselheiro do Nubank, há pouco mais de um ano. Fontes do mercado apontam que o Credit Suisse ainda teria participação de aproximadamente 25% na gestora de fundos de investimento.

As conversas entre Verde, Credit e Lumina começaram há alguns meses, segundo uma fonte. Pelo acordo, o Credit continuará distribuindo produtos da Verde. A Lumina e a gestora de Stuhlberger continuam operando de forma independente. E o fundador

da Verde segue como principal acionista da gestora, famosa por seu fundo multimercado, um dos maiores do Brasil. "Nenhuma transação foi concluída ainda, e as conversas estão em andamento. Quando e se for concluída, qualquer transação envolverá a continuação da sociedade entre o Credit Suisse e a Verde Asset Management, inclusive no que diz respeito à distribuição dos fundos da Verde", diz nota divulgada pelo banco suíço e pela gestora de Stuhlberger. Na quarta-feira, 15, o Credit Suisse viu suas ações despencarem mais de 20% em meio a renovadas preocupações sobre sua estrutura de capital. A venda da participação do Credit Suisse Brasil na Verde faz parte de uma "complexa" operação de alienação de ativos pela filial da instituição suíça, segundo uma fonte. Segundo dados da Anbima,

a Lumina tinha, em janeiro deste ano, R\$ 1,66 bilhão sob gestão em investimentos no Brasil. A Verde Asset tinha R\$ 31,4 bilhões sob gestão. No fim de 2020, a gestora de Stuhlberger tinha R\$ 47 bilhões sob gestão. O Credit Suisse anunciou a intenção de acessar uma linha de liquidez adicional fornecida à instituição pelo Banco Nacional da Suíça (SNB, o banco central do país) no valor de até 50 bilhões de francos suíços, ou US\$ 53,7 bilhões (R\$ 285 bilhões). Segundo o Credit Suisse, esse reforço de liquidez dará suporte aos principais negócios e clientes do banco, à medida que a instituição toma medidas necessárias para criar um "banco mais simples e focado nas necessidades do cliente". O Credit informou ainda que vai comprar de detentores uma parcela de sua dívida, em uma oferta que expira em

22 de março. Uma parte serão de títulos emitidos em dólar, no valor de até US\$ 2,5 bilhões, e outra, de papéis emitidos em euros, no montante de até 500 milhões de euros. "Essas medidas demonstram uma ação decisiva para fortalecer o Credit Suisse à medida que continuamos nossa transformação estratégica para agregar valor aos nossos clientes e outras partes interessadas. Agradecemos ao SNB e à FINMA - principal autoridade de supervisão financeira do país - enquanto executamos nossa transformação estratégica. Minha equipe e eu estamos decididos a avançar rapidamente para oferecer um banco mais simples e mais focado, construído em torno das necessidades do cliente", escreveu o CEO do Credit, Ulrich Koerner. O mercado teve um dia de tensão na quarta-feira, frente à

possibilidade de o Credit Suisse enfrentar uma crise de liquidez, que poderia contaminar o sistema financeiro internacional. As ações do banco chegaram a perder 30% de seu valor depois que o seu principal acionista, o Saudi National Bank (SNB), descartou a hipótese de oferecer mais ajuda à instituição, que enfrenta sérias dificuldades desde o ano passado. As perdas nas bolsas ao redor do mundo, que recuaram frente às notícias no banco, foram amenizadas no fim do dia depois de o SNB e a principal autoridade de supervisão financeira do país (FINMA, na sigla em inglês) afirmarem que o Credit Suisse atende às exigências de capital e liquidez impostas aos bancos considerados "sistematicamente importantes". O SNB havia se disposto, então, a fornecer liquidez ao Credit, em caso de necessidade.

ESTRESSE BANCÁRIO

# Yellen cita preocupação com a possibilidade de crédito mais caro

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, disse que uma preocupação do governo Joe Biden é a possibilidade de o crédito ficar mais caro e menos acessível, caso bancos sob estresse após crise no Signature Bank e Silicon Valley Bank (SVB) se tornarem mais relutantes a conceder empréstimos. "Isso poderia virar uma fonte de risco econômico negativo", afirmou ela, que falou na quinta-feira no Comitê de Finanças do Senado norte-americano. A secretária disse que há estatísticas para identificar se bancos estão apertando as condições de crédito, a exemplo do Senior Credit Officer Opinion Survey, ao ser perguntada sobre quais indicadores o Tesouro está monitorando para saber se suas medidas de

intervenção aos Signature Bank e SVB serão bem sucedidas. Janet Yellen afirmou também que será necessário pensar sobre requerimentos de liquidez para bancos com forte dependência de depósitos não segurados, após os casos de quebra e de intervenção nos EUA. Ela disse que bancos que têm mais depósitos segurados e clientes do varejo tendem a não sofrer com corridas como as que as duas instituições bancárias em crise registraram. "O SVB era um banco que tinha uma proporção muito alta de depósitos não segurados, que o tornava vulnerável a corridas - e sofreu uma corrida devastadora", afirmou Janet Yellen a um parlamentar durante sabatina no Comitê de Finanças do Senado norte-americano.



Yellen afirmou também que será necessário pensar sobre requerimentos

A secretária do Tesouro dos EUA disse que é fundamental fazer o possível para reduzir a

inflação no país e que o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) faça sua

parte para atingir esse objetivo. "Considero a alta inflação o problema econômico número um que todos precisamos resolver", afirmou Yellen, acrescentando que essa também é uma das principais prioridades do presidente dos EUA, Joe Biden. A secretária do Tesouro disse ainda que uma das razões para o governo norte-americano ter decidido intervir nos bancos que quebraram foi por reconhecer que poderia haver contágio. "Outros bancos poderiam ser vítimas de corridas como essas, o que certamente é algo que queremos evitar", afirmou. Yellen disse que será necessário analisar o que desencadeou a quebra do Silicon Valley Bank (SVB) e do Signature Bank e reavaliar se as regras e supervisões existentes são apropriadas para resolver o risco que os bancos encaram hoje. As declarações foram dadas durante depoimento ao Comitê de Finanças do Senado, cuja pauta foi a proposta de orçamento apresentada pela administração Biden na semana passada.

# BCE eleva juros em 50 pb, apesar de tensões no setor bancário

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu elevar suas principais taxas de juros em 50 pontos-base (pb), após concluir reunião de política monetária na quinta-feira, 16, como já havia sinalizado no começo do mês passado, apesar de recentes incertezas no sistema bancário global. Com a decisão, a taxa de refinanciamento do BCE passará de 3% a 3,50%, a de depósitos, de 2,50% a 3%, e a de empréstimos, de 3,25% a 3,75%. Em comunicado, o BCE avaliou que o "elevado nível de incertezas" reforça a importância de se usar uma abordagem dependente de dados econômicos. O BCE também afirmou estar monitorando de perto as atuais tensões nos mercados e garantiu estar disposto a agir, se necessário. "O setor bancário da zona do euro é resiliente, com fortes posições de capital e liquidez", disse a autoridade monetária.

A decisão do BCE veio um dia após preocupações com o Credit Suisse deflagrarem uma forte liquidação de ações de bancos europeus nas bolsas da região. Na quarta à noite, o Credit disse que irá aceitar empréstimos oferecidos pelo banco central da Suíça. Dias antes do episódio do Credit, dois bancos regionais dos EUA - o Silicon Valley Bank e o Signature Bank - entraram em colapso. As dificuldades do Credit levaram alguns economistas a acreditar que o BCE poderia optar por uma elevação de juros mais moderada na reunião deste mês.

O Banco Central Europeu divulgou também na quinta-feira projeções atualizadas, com revisão em alta na expectativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro, enquanto na inflação houve ajustes para os dois lados, levando-se em conta também o núcleo do índice, que exclui alimentos e energia. A instituição ressaltou, em comunicado, que as novas projeções de seu staff foram finalizadas no início de março, "antes da recente emergência de tensões no mercado financeiro", e acrescenta que isso implica "incerteza adicional" nas expectativas. Para a inflação ao consumidor, houve revisão para baixo no índice cheio, diante de contribuição menor dos preços de energia do que o antes esperado. O staff do BCE projeta agora que o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) da região avance 5,3% em 2023, 2,9% em 2024 e 2,1% em 2025 (em dezembro, projetava altas de 6,3%, 3,4% e 2,3%, respectivamente).

Já o núcleo da inflação "segue forte". Para 2023, o BCE espera que o núcleo do CPI avance 4,6%, quando em dezembro projetava alta de 4,2%. Para 2024, a alta de 2,8% antes prevista foi revisada para uma de 2,5%, e para 2025 a expectativa de alta de 2,4% foi cortada para alta de 2,2%. O BCE acredita que com o tempo as pressões de alta de choques passados para a oferta e com a reabertura da economia devem perder fôlego, com a política monetária mais apertada pesando cada vez mais na demanda. O staff do BCE projeta também que o PIB da zona do euro avance 1,0% em 2023, quando em dezembro esperava alta menor, de 0,5%, mencionando queda em preços de energia e maior resistência econômica ao "ambiente internacional desafiador". Para 2024, espera crescimento de 1,6% (de 1,9% anteriormente) e também alta de 1,6% em 2025 (de 1,8% em dezembro). As leituras para 2024 e 2025 tiveram, portanto, revisões para baixo, "graças ao aperto da política monetária", diz o banco central.

## INTERROGATÓRIO

## Torres desconhece quem escreveu minuta do golpe

O ex-ministro contrapôs a versão da PGR, que afirmou que o documento não parecia que seria descartado e estava 'muito bem guardado' em uma pasta oficial do governo federal

O ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, prestou depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na quinta-feira, 16, sobre a minuta golpista para anular o resultado da eleição.

O interrogatório foi conduzido pelo ministro Benedito Gonçalves, corregedor da Justiça Eleitoral, por videoconferência. Torres está preso preventivamente na investigação sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro.

Embora tenha recebido autorização para ficar em silêncio, ele respondeu todos os questionamentos. O depoimento durou cerca de uma hora e terminou por volta das 11h30. O ex-ministro já havia sido ouvido por dez horas pela Polícia Federal (PF) no inquérito sobre os protestos violentos na Praça dos Três Poderes.

Além de reiterar que desconhece a autoria da minuta, Torres contrapôs a versão da Procuradoria-Geral da República (PGR), que afirmou que o documento não parecia que seria descartado e estava 'muito bem guardado' em uma pasta oficial do governo federal, junto a pertences pessoais.

O ex-ministro foi ouvido na condição de testemunha e não de investigado. O depoimento foi prestado em uma ação de investigação eleitoral sobre a reunião do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com embaixadores estrangeiros. Bolsonaro atacou as urnas e levantou suspeitas sobre a higidez do processo eleitoral. A minuta de intervenção no TSE foi anexada como prova nos autos. A ação pode deixar o ex-presidente ineleável.

Na quarta-feira, a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou mais 100 denúncias contra pessoas acusadas de participação nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas.

As petições são do inquérito que apura a responsabilidade de incitadores dos atos golpistas. Os novos denunciados são acusados de associação criminosa e de incitar animosidade das Forças Armadas com os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

Os crimes estão previstos nos artigos 286 e 288 do Código Penal, com penas máximas que, somadas, podem chegar a 3 anos e 3 meses de detenção.

Com as novas acusações, o total de denúncias apresentadas pelo Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos da PGR chega a 1.037. Até o momento, o órgão tem apresentado denúncias com textos similares, levando em conta três grupos de infratores: os que invadiram e depredaram prédios públicos; os que avançaram sobre as barreiras policiais nas proximidades da Praça dos Três Poderes, e os que acamparam em frente ao Quartel-Genérico do Exército para incitar as Forças Armadas.

Advogados e defensores públicos apontam problemas na abordagem da PGR, argumentando que ela não individualiza a narrativa das condutas de cada acusado. Em relatório sobre os atos antidemocráticos, as defensorias públicas da União e do Distrito Federal defendem, por exemplo, que a responsabilização coletiva é contrária ao ordena-

## APAGÃO GERAL



Ibaneis Rocha: "o que aconteceu no 8 de janeiro foi um apagão geral. No STF talvez não, porque lá eles tinham poucas seguranças"

## Governador do DF minimiza a responsabilidade de Torres

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), retornou ao cargo na quinta-feira, 16, após 65 dias. Ele havia sido afastado temporariamente pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes durante as investigações sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro na Praça dos Três Poderes. Em princípio, a decisão valeria até 9 de abril, mas Moraes autorizou, na quarta-feira, 15, o retorno do emedebista.

"O que aconteceu no 8 de janeiro foi um apagão geral", disse. "No STF talvez não, porque lá eles tinham poucas seguranças. Mas, o Palácio do Planalto não. Lá, eles têm um batalhão à sua disposição, houve um relaxamento geral. A Força Nacional também não atuou."

Ibaneis também procurou minimizar a responsabilidade de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro e então secretário de Segurança Pública do DF. Torres está preso por causa das falhas na segurança durante o 8 de janeiro e prestou depoimento na quinta-feira ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"O que aconteceu no dia 8 de foi imprevisível", disse. "Na minha visão, não foi culpa do Anderson. Talvez, se ele tivesse sido alertado antes... Não foi culpa só do Anderson, foi um conjunto. Tivemos falha da Polícia Militar do Distrito Federal, do batalhão do Exército que defendia o Palácio do Planalto. Tivemos diversas falhas em conjunto e tenho certeza que a investigação vai

apurar isso."

A decisão de Moraes que resultou no afastamento de Ibaneis declarava que "diversos e fortíssimos indícios apontam graves falhas na atuação dos órgãos de segurança pública do Distrito Federal, pelos quais é o responsável direto o governador". Segundo o ministro, o governo do DF foi omissivo para combater e retirar os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro que estavam vandalizando e destruindo os prédios públicos dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023.

portamentos apurados no 8 de janeiro, permitindo a elaboração adequada da defesa dos acusados. As críticas às denúncias apresentadas até o momento levaram o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), a garantir em plenário, na semana passada, que cada denunciado terá trata-

mento individualizado. "O Supremo Tribunal Federal está analisando de forma detalhada e individualizada para que, rapidamente, aqueles que praticaram crime sejam responsabilizados nos termos da lei. Quem praticou crime mais leve terá sanção mais leve, quem praticou crime mais grave terá sanção mais grave", disse.



**Não foi culpa só do Anderson, foi um conjunto. Tivemos falha da Polícia Militar do Distrito Federal."**

**IBANEIS ROCHA, GOVERNADOR DE BRASÍLIA**

## MUNDO PARALELO

## Bolsonarista disse que 'ETs' ajudariam Exército

Ex-comandante de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), o coronel Jorge Eduardo Naime afirmou na quinta-feira, 16, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que bolsonaristas que estavam acampados no QG do Exército viviam em um mundo paralelo. O militar chegou a ouvir de um homem que extraterrestres ajudariam as Forças Armadas em um almejado golpe de Estado contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Aquele pessoal do acampamento vivia em um mundo paralelo. Eu estive algumas vezes no acampamento, conversei com algumas pessoas e escutei relatos, assim, que falei: 'Cara, não é possível que essa pessoa está me falando isso'. Teve um que me abordou e falou para mim que ele era um extraterrestre, que ele estava ali infiltrado e que assim que o Exército tomasse, os extraterrestres iriam ajudar o Exército a tomar o poder. Eles consumiam só informações deles, era só o que era falado no carro, estavam em uma bolha", relatou o coronel aos parlamentares. O depoimento é realizado na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

A CPI investiga os ataques promovidos por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a prédios públicos na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro. Nessa quarta-feira, 15, a Comissão aprovou a convocação do general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), para oitiva. "O general Heleno foi citado várias vezes por alguns dos golpistas que são investigados como alguém que estimulou (os atos)", disse o deputado federal Fábio Felix (PSOL), autor do requerimento.

A Comissão Parlamentar na Assembleia local foi instalada enquanto parlamentares do Congresso ainda tentam fazer vingar uma CPI também na esfera federal.

Mais de 2 mil pessoas foram presas devido aos atos antidemocráticos, segundo balanço do Supremo Tribunal Federal (STF). Naime também chegou a ser detido após os ataques, no âmbito da 5ª fase da Operação Lesa Pátria, da Polícia Federal. Ele era comandante de Operações da PMDF na época da tentativa de golpe, mas havia pedido folga e foi dispensado na véspera das invasões golpistas. Ainda assim, Naime foi chamado e trabalhou durante os atos.

Durante o depoimento, o coronel afirmou não ter participado do planejamento da segurança na Esplanada dos Ministérios no 8 de janeiro. Ele afirmou, contudo, causar "estranheza" de que teriam sido empregados apenas 200 policiais, todos eles alunos do curso de formação, para atuar no dia dos atos golpistas. Naime não confirmou o número do efetivo, mas disse que, em termos de comparação, 2.193 policiais militares foram aplicados durante a posse do presidente Lula, em 1º de janeiro - ou seja, uma semana antes.

"Não participei do planejamento, não estive próximo. Me causa estranheza pois nós realmente empregamos os alunos nesse tipo de operação. Eu mesmo empreguei os 780 alunos na noite do dia 6 de setembro de 2021 para segurar os caminhoneiros. Me causa estranheza ter usado somente os alunos. É preciso ver se isso realmente aconteceu porque isso daí foge do nosso padrão. Usar os alunos é normal, mas sempre acompanhado de um policial com mais experiência, comandando por um sargento, comandado por subtenente, com um tenente à frente, um capitão, um major", afirmou o coronel.

CONTRIBUIÇÃO

# Deputado apresenta projeto de lei de novo arcabouço fiscal

## O texto apresentado pelo parlamentar permite que as despesas cresçam acima da inflação se o endividamento estiver em nível considerado sustentável

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) protocolou na quinta-feira, 16, na Câmara um projeto de lei alternativo de novo arcabouço fiscal, no momento em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, faz as últimas conversas antes de tornar pública a proposta do governo Lula. A intenção, de acordo com o deputado, é oferecer uma "contribuição antecipada" à discussão sobre a mudança na âncora fiscal do País.

O texto apresentado pelo parlamentar permite que as despesas cresçam acima da inflação se a dívida estiver em nível considerado sustentável. O Congresso se articula desde dezembro para se antecipar à equipe econômica no debate sobre a substituição do atual teto de gastos - que limita o crescimento dos gastos à variação da inflação.

"A opção pela dívida pública como variável de referência não norteará a política fiscal não impede, obviamente, sua integração com as regras que limitam despesas ou que requerem resultado fiscal, desde que devidamente coordenadas", diz Pedro Paulo, ex-secretário de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro. O deputado propõe que a nova regra entre em vigor a partir de 2024.

A proposta de Pedro Paulo usa como referência a Dívida Líquida do Governo Geral (DLGG). Se esse indicador estiver em até 50% do Produto Interno Bruto (PIB), as despesas públicas poderão crescer pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescido de 1,5% ou da média do PIB nos três anos anteriores, o que for maior. "Pretende-se com isso



Pedro Paulo: "se a DLGG estiver entre 50% e 60% do PIB, o crescimento das despesas do governo seria o valor do IPCA mais 1%"



**A opção pela dívida pública como variável não impede, sua integração com as regras que limitam despesas."**

**PEDRO PAULO, DEPUTADO FEDERAL DO PSD-RJ**

preservar o caráter anticíclico da regra fiscal e incentivar a gestão equilibrada das contas públicas", afirma o deputado.

Se a DLGG estiver entre 50% e 60% do PIB, o crescimento das despesas do governo seria o valor do IPCA mais 1%, caso tenha havido superávit primário no ano anterior, ou mais 0,5% caso tenha havido déficit primário nas contas públicas. Já no cenário em que a dívida líquida estiver acima de 60% do PIB, os gastos só poderão crescer pela inflação.

"As faixas da DLGG funcionam como gatilhos de acionamento das medidas de ajuste concebidas para retomar a trajetória sustentável da dívida. Não se trata, portanto, de fixar limite para a dívida, mas sim um referencial com níveis que acionem

medidas escalonadas de contenção de despesas e de preservação ou recuperação de receitas", diz o texto do projeto de lei.

A proposta de Pedro Paulo mantém o uso de crédito extraordinário como uma "válvula de escape" para o governo ampliar gastos em situações de calamidade pública ou de emergência social e econômica. Também propõe que, em caso de recessão, com queda do PIB por três trimestres consecutivos anteriores à elaboração do Orçamento, os limites de gastos possam ser corrigidos pela média do crescimento dos dois exercícios financeiros anteriores, independentemente do nível da dívida.

Na noite da quarta-feira, 15, Haddad apresentou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), as linhas gerais da proposta

de arcabouço elaborada pela equipe da Fazenda. A regra fiscal também já foi levada à ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e ao vice-presidente Geraldo Alckmin e deve ser discutida nesta sexta-feira, 17, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os detalhes ainda não são públicos.

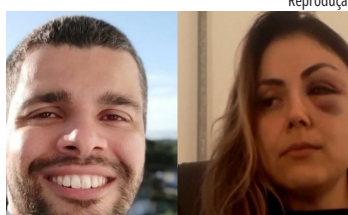
Pedro Paulo apresentou sua alternativa de arcabouço fiscal em um projeto de lei complementar, como ficou definido na Emenda Constitucional da Transição, aprovada em dezembro no Congresso, que viabilizou recursos no Orçamento para o cumprimento das promessas de campanha de Lula e determinou a substituição do teto de gastos.

A PEC da transição estabeleceu que o governo enviasse ao Congresso um projeto de lei

complementar para alterar o regime fiscal do País até agosto, mas Haddad preferiu antecipar o anúncio em meio à pressão do Congresso e do mercado financeiro. Para se aprovar um projeto de lei complementar são necessários 257 votos na Câmara, mas Lira já afirmou que o arcabouço só irá a plenário quando tiver apoio para uma mudança constitucional, que exige 308 votos.

No final de dezembro, que integrantes do Centrão articulavam uma alternativa de nova regra fiscal, com base em ideias elaboradas pela equipe do ex-ministro da Economia Paulo Guedes, e consideravam apresentar até mesmo uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para pressionar o governo.

INIMPUTÁVEL



Doença prejudica sua capacidade

## Laudo atesta esquizofrenia paranoide de procurador

Os peritos do Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo (Imesc) atestaram que o procurador municipal Demétrius Oliveira de Macedo - que espancou a chefe Gabriela Samadello Monteiro dentro da Prefeitura de Registro em 20 junho de 2022 - apresenta quadro de esquizofrenia paranoide.

De acordo com o laudo, o procurador é considerado inimputável - ou seja, não pode ser responsabilizado pelo crime cometido. Os médicos responsáveis pela avaliação recomendam que ele seja internado por, no mínimo, três anos.

Segundo o laudo de 17 páginas subscrito pelos peritos Luiz Felipe Rigonatti, Patrícia A. P. Cardoso e Elcio Rodrigues da Silva, a doença psiquiátrica que acomete o procurador "prejudica sua capacidade crítica e pragmatismo".

"Tais sintomas que estavam presentes à época dos fatos permitem concluir que a capacidade de entendimento encontrava-se prejudicada, enquanto a capacidade de determinação restava abolidada", registra o texto.

O documento elaborado a pedido do juiz da 1ª Vara Judicial de Registro, no Vale do Ribeira, 190 quilômetros da capital paulista, foi juntado na terça-feira, 14, ao processo a que o procurador responde por tentativa de feminicídio. A perícia foi realizada no dia 12 de dezembro de 2022.

As agressões cometidas por Demétrius se deram no dia 20 de junho de 2022 e foram registradas em vídeo. Ele derrubou a procuradora-geral de Registro, dá socos e pontapes nela e ainda a chama de 'vagabunda' e 'puta'. Outras servidoras tentaram conter o procurador. Uma delas acabou empurrada com violência contra uma porta.

Demétrius foi preso dias depois, localizado em uma clínica de Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo. No mesmo dia, ele foi denunciado pelo Ministério Público estadual por tentativa de feminicídio, injúria e coação no curso do processo.

Os promotores de Justiça Ronaldo Pereira Muniz e Daniel Porto Godinho da Silva narraram que o procurador, com 'evidente intento homicida, tentou matar' Gabriela, 'por intermédio de violentos golpes desferidos principalmente contra a cabeça' da chefe, 'apenas não se consumando o delito por circunstâncias alheias à vontade do agente'.

Aos médicos responsáveis pelo laudo psiquiátrico, Demétrius comentou sobre o dia do crime. Segundo ele, na ocasião, Gabriela estava conversando com um outro servidor, 'dizendo para prestar outros concursos'. O procurador disse ter achado 'que a conversa era para ele, que ele não era bem-vindo no ambiente'.

"Então senti muita raiva e a agrediu", descreve o laudo. "Uma outra funcionária os separou, mas ainda estava com muita raiva, se desvencilhou e a agrediu de novo. Parou de a agredir sozinho, não sabe o motivo. Começou a dizer palavras."

Segue o laudo. "Acredita que estava sendo vítima de assédio moral. Já tinha feito denúncia ao prefeito, que não tomou nenhuma atitude. A noiva dizia para ele se concentrar no trabalho. Achou que a agressão seria uma forma de resolver o problema. Acredita que agiu de forma instintiva para se defender."

CORRUPÇÃO

## STJ: indícios colocam Cameli no esquema

Ao autorizar a terceira fase da Operação Ptolomeu, que levou ao afastamento de 25 servidores do Governo do Acre investigados por desvios em contratos públicos, a ministra Nancy Andrigli, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), afirmou ver 'fundados indícios' de que o governador Gladson Cameli (PP) está por trás do suposto esquema de corrupção e seria o principal beneficiário do dinheiro apropriado.

"A Polícia Federal, auxiliada pela CGU (Controladoria-Geral da União), adotou técnicas avançadas de investigação e conseguiu, em curto espaço de tempo, produzir vasto material que aponta, em juízo superficial de cognição, para a existência do fumus commissi delicti, concretizado por meio de escuso esquema de dilapidação do erário", diz um trecho da decisão de Nancy.

Além do afastamento dos servidores, pelo prazo inicial de 90 dias, a ministra suspendeu pelo mesmo período as atividades econômicas de empreiteiras ligadas a familiares do governador e autorizou o cumprimento de mandados de busca e apreensão, o bloqueio de bens e o afastamento do sigilo bancário e fiscal dos investigados.

A Polícia Federal (PF) pediu a decretação de prisões preventivas, o que foi negado pela ministra. Ela também decidiu manter Cameli nas funções com a justificativa de que não há indicativos

de que o governador tenha tentado usar o cargo para obstruir as investigações.

Desde que a primeira fase da Operação Ptolomeu foi aberta, em dezembro de 2020, a Polícia Federal produziu 58 relatórios e interrogou dezenas de pessoas. As provas reunidas levaram à abertura de pelo menos seis novas frentes de investigação sobre 'cases' distintos.

Para os investigações, o governador é o 'líder' de uma 'estrutura ordenada' de corrupção formada por quatro núcleos: Político, integrado por servidores comissionados de alto escalão do Poder Executivo nomeados por Cameli; Familiar, formado por parentes do governador, inclusive o pai dele, Eládio Mesias Cameli, e o irmão Gledson de Lima Cameli; Empresarial, do qual fariam parte as empresas Construtora Etam Ltda, Construtora Colorado Ltda, Construtora Rio Negro, Marmud Cameli & Cia Ltda e CZS Engenharia, ligadas a familiares do governador, que seriam usadas para desviar recursos de contratos com o poder público e Operacional, formado por pessoas físicas supostamente usadas para operacionalizar a lavagem do dinheiro desviado, por meio de operações com veículos e aeronaves, empresas interpostas, bancárias, imobiliárias e doações em espécie.

ACUSAÇÕES

## Eduardo Bolsonaro é cobrado sobre joias ilegais na Câmara

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) foi cobrado, no plenário da Câmara, a devolver as joias que seu pai, o então presidente Jair Bolsonaro, recebeu ilegalmente no Brasil, como presente do regime da Arábia Saudita, sem ter declaração à Receita Federal e que entraram de forma clandestina no País.

Na quarta-feira, 15, Eduardo Bolsonaro foi à tribuna da Câmara para criticar a ida do ministro da Justiça, Flávio Dino, ao Complexo da Maré, conjunto de comunidades na zona norte da capital do Rio de Janeiro. Sem nenhuma prova, fez acusações sobre suposto envolvimento de integrantes do governo federal com o crime organizado do Rio. Na segunda-feira, 13, Dino participou do lançamento de um boletim sobre violência e encontrou diversas lideranças comunitárias da região.

O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) reagiu às falas de Eduardo Bolsonaro e acusou o ex-presidente de corrupção. "Ele tá aqui no plenário, então ele tem que responder o seguinte: já devolveu o colar? Já devolveu o relógio e os outros itens de R\$ 400 mil que o seu pai levou pra casa? Porque isso, deputado Eduardo Bolsonaro, é corrupção. Vocês têm de responder exatamente por isso. Devolvam aquilo que levaram", afirmou Braga.

O deputado mencionou ainda outros episódios que envolveram a família Bolso-

naro. "É engraçado porque o deputado Eduardo Bolsonaro, sempre que tem a oportunidade, tenta criminalizar alguma comunidade do Rio de Janeiro. Só que a maior apreensão de armas e de fuzis foi feita a partir da pista de onde? Do condomínio do pai dele! A grande apreensão de cocaína estava onde? No avião do pai dele! Ora, ora, ora... Tá querendo enganar a quem?"

Na quarta-feira, o Tribunal de Contas da União (TCU) deu prazo de até cinco dias para que o ex-presidente Jair Bolsonaro devolva o segundo jogo de joias que recebeu do regime da Arábia Saudita. O conjunto, que reúne peças em ouro como relógio, caneta e abotoaduras, está guardado em um local privado de Bolsonaro, no Brasil.

A ordem é para que as joias sejam enviadas para a Secretaria Geral da Presidência da República, que fica dentro do Palácio do Planalto. O tribunal também determinou, por unanimidade, que o conjunto de diamantes de R\$ 16,5 milhões que está apreendido com a Receita Federal na alfândega de Guarulhos (SP) tenha o mesmo destino, após a conclusão das investigações sobre o caso.

Além das joias dadas pelo regime saudita, a corte requereu o fuzil e pistola recebida por Bolsonaro em 2019, dos Emirados Árabes. Paralelamente, foi determinada uma varredura

minuciosa em todos os presentes que o ex-presidente recebeu em seus quatro anos de governo. Aquilo que não for considerado como presente "personalíssimos" terá de ser integrado ao patrimônio da União, e não poderá ficar com Bolsonaro.

Outra decisão tomada é que, a partir de agora, nos últimos dois meses que antecedem o fim de cada mandato, passará a ser feito um pente-fino daquilo que pode ou não ser incorporado pelo então presidente como bem pessoal.

A defesa de Jair Bolsonaro sustentou que os presentes dados pelos sauditas seriam bens pessoais e que poderiam ser incorporados ao acervo privado do presidente. Na semana passada, ao se manifestar sobre os presentes, o advogado do ex-presidente Bolsonaro, Frederick Wassef, declarou que Bolsonaro, "agindo dentro da lei, declarou oficialmente, os bens de caráter personalíssimo recebidos em viagens, não existindo qualquer irregularidade em suas condutas". Flávio Bolsonaro também saiu da defesa do pai e disse que as caixas de joias eram "personalíssimas, independentemente do valor".

Bolsonaro atuou diretamente no caso, não apenas para receber o pacote de presentes que entrou no País, como para tentar reaver, de todas as formas possíveis, o segundo pacote de joias que ficou retido na Receita.

## ATOS TERRORISTAS

# Rio Grande do Norte tem terceira noite de ataques e serviços param

Em Caicó, no Seridó potiguar, a Câmara de Vereadores foi alvo de tiros durante a madrugada de quinta-feira. O expediente e eventos previstos foram suspensos e a Prefeitura fechou as escolas

Com o número crescente de cidades com ataques criminosos ordenados por líderes de uma facção criminosa, o Rio Grande do Norte viveu mais uma madrugada de terror. A terceira desde o início do que está sendo descrito como atos terroristas. Serviços públicos básicos pararam. Incêndios em depósitos de pneus para reciclagem, automóveis e ônibus privados, máquinas agrícolas e transportes escolares não foram evitados mesmo com a chegada de parte da tropa estimada em 220 homens da Força Nacional, enviados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública na terça-feira, 14, após pedido da governadora Fátima Bezerra (PT).

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed/RN) acredita que as ordens para as ações criminosas partiram da Penitenciária Estadual Rogério Coutinho Madruga, na Grande Natal, onde cumpria pena José Kemps Pereira de Araújo, um dos fundadores e líderes do Sindicato do Crime (SDC), facção criminosa criada a partir de uma racha na célula local do Primeiro Comando da Capital (PCC) há pouco mais de uma década. Com a nova onda de ataques registrada na capital e cidades do interior, prefeitos anunciaram a suspensão de serviços públicos em Unidades Básicas de Saúde, Escolas e transporte público.

Em Caicó, no Seridó potiguar, a Câmara de Vereadores foi alvo de tiros durante a madrugada de quinta-feira, 16. O expediente e eventos previstos foram suspensos. A prefeitura fechou escolas, ginásios de esportes e bibliotecas. No município vizinho, Coronel Ezequiel, a população ficou amedrontada com os ataques na garagem oficial da prefeitura. "Perdemos três ônibus escolares, duas caçambas, um compactador de lixo, dois tratores com grade, um carro da Secre-



A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed/RN) acredita que as ordens para as ações criminosas partiram da Penitenciária Estadual Rogério Coutinho Madruga

taria de Obras, uma retroescavadeira e a Patrol está quase perdendo um veículo", relatou o prefeito Cláudio Marques.

Na tarde da quarta-feira, 15, Fátima Bezerra chegou a anunciar o retorno do transporte público às ruas de Natal e cidades vizinhas com apoio da Polícia Militar e Força Nacional. Ao longo da noite, porém, novos ataques foram registrados contra ônibus e micro-ônibus. Na manhã de quinta-feira, minutos após sair da garagem, um ônibus da empresa Conceição foi incendiado e as empresas decidiram recolher a frota integralmente.

As ruas de Natal estão desertas e a população, amedrontada. Os serviços de educação, saúde e coleta de lixo estão suspensos. Muitos trabalhadores não conseguiram chegar aos seus locais de trabalho. O número de cidadãos com registros de atos criminosos ordenados passou de 30.

A força-tarefa será de caráter "episódico e planejado" pelo período de 30 dias, com o objetivo de coordenar os serviços de guarda, de vigilância e de custódia de presos.

"A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de administração penitenciária e segurança pública

do ente federado solicitante. O número de profissionais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação", informou o ministro na noite de quarta-feira.

A pasta ressaltou que a força-tarefa não configura uma intervenção federal no Estado, "mas ampara tecnicamente e juridicamente as atividades de cooperação integrada de apoio ao Estado".

O Rio Grande do Norte já havia pedido e o governo federal já havia decidido pelo envio de agentes da Força Nacional, que

começaram a chegar ao Estado na madrugada de quarta-feira. O ministro da Justiça, Flávio Dino, autorizou o envio de 190 agentes, dos quais 83 já estão em Natal.

"Eles atuarão em ações conjuntas e coordenadas com órgãos locais. As ações da Força Nacional têm por objetivo coibir as ações de terrorismo e vandalismo que têm ocorrido na capital potiguar, bem como proporcionar à população uma maior sensação de segurança e o restabelecimento da ordem pública", declarou o ministério.

"Já há uma queda no número de ocorrências, mas o nosso

governo permanece atento e com todo o foco para superarmos o mais rápido possível esse momento difícil", afirmou a governadora Fátima Bezerra (PT) no início da noite de quarta.

Cidades do Rio Grande do Norte estão registrando uma onda de ataques coordenados contra prédios públicos e veículos desde a noite de segunda-feira.

Os casos, que chegaram a cerca de 20 cidades, incluindo a capital, Natal, consistem em incêndios de estruturas de prefeituras e do governo, além de ataques a tiros a bases policiais e sedes do Judiciário.

## FUMACÊ

## Falta inseticida no País para combater o mosquito da dengue e chikungunya

Por falta de estoque, o Ministério da Saúde tem atrasado o envio de inseticidas contra o *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue, da chikungunya e da zika - o produto é utilizado na nebulização espacial (conhecida popularmente como fumacê). Há escassez do insumo e atraso no repasse a Estados desde o ano passado e a alta de casos em vários pontos do País preocupa.

A secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do ministério, Ethel Maciel, disse que a atual gestão assumiu "sem nenhum estoque". "Já refizemos os contratos, mas, como são compras internacionais, que chegam de navio, a previsão de entrega é demorada. Um dos itens que precisávamos foi aprovado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) no fim de fevereiro." Segundo ela, a situação de quatro Estados, onde há condições climáticas mais favoráveis à reprodução do mosquito,

preocupa mais: Espírito Santo, Minas, Tocantins e Santa Catarina.

Até o fim de fevereiro, segundo o ministério, o Brasil teve alta de 46% nos casos de dengue e de 142% nas infecções por chikungunya na comparação com o mesmo período do ano passado. Em nota técnica da Coordenação-Geral de Vigilância de Arboviroses de 3 de março, o ministério informou aos municípios e Estados que o processo de aquisição de um dos fumacês, o Cielo-UVL (Praleitina+Imidacloprida), estava na fase final de contratação, com expectativa de recebimento do insumo nos próximos 45 dias.

O atraso nos cronogramas, enfrentado desde 2022, é reflexo de dificuldade global de aquisição do produto. A nota explica ainda que, diante dos percalços, optou-se por incluir um novo adjuvante para uso em UBV (equipamento que nebuliza o inseticida), o Fludora Co-

Max (Flupiradifurone + Transflutrina), para evitar a dependência de um fornecedor único.

Conforme a nota, "se aprovada a excepcionalidade pela Anvisa, por se tratar de aquisição internacional, o produto não estará disponível para distribuição nos próximos 60 dias". Segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), houve problemas nos processos de compras no ano passado. "A atual gestão teve de reiniciar as compras, o que está levando ao atraso para o recebimento do Cielo."

"Outro adjuvante estava em processo de compra, mas estava aguardando uma liberação da Anvisa, que só saiu recentemente, para que pudesse concluir a compra e iniciar o processo de importação", acrescentou o órgão de secretários. Ainda segundo o conselho, os Estados precisarão ser capacitados para usar o novo pro-

duto, o Fludora.

O Conass diz que a aquisição é de responsabilidade do ministério, pois não há produção nacional e o processo de compra "geralmente é longo". A reportagem entrou em contato com Marcelo Queiroga, ex-ministro da Saúde, para comentar o assunto, mas não obteve resposta.

A preocupação agora começa até em outros países. Por enquanto, o Paraná não registra mais casos que o normal, mas segundo César Neves, secretário estadual da Saúde, o Paraguai já tem mais de 20 mil casos confirmados e mais de 20 óbitos. "Isso fez com que tomássemos a medida, há mais ou menos um mês, de bloqueio na região da tríplice fronteira", e há três semanas o Estado pediu ao ministério kits para diagnóstico de chikungunya, além de receber litros do adjuvante Cielo.

O uso do inseticida Cielo só é recomendado em situ-

ações de emergência, como surtos e epidemias, pois tem como alvo apenas os mosquitos adultos, diz nota técnica da Coordenação-Geral de Vigilância de Arboviroses do ministério, de 2020. Segundo Neves, embora a estratégia de nebulização seja importante, ela só resolve "30% do problema". O restante, afirma, são medidas de conscientização. "O principal, em termos epidemiológicos, é matá-lo (o mosquito) no estado larvário." Para isso, é preciso evitar deixar água parada, em vasos e cisternas sem cobertura, por exemplo.

Diante da escassez nacional, São Paulo se mobiliza para comprar, por conta própria, insumos para lidar com a escalada de casos. No Diário Oficial, despacho da Secretaria da Saúde autoriza a compra, em caráter emergencial, do inseticida adjuvante Cielo, em quantidade suficiente para "pronto abastecimento" de todo Estado, por R\$

3,528 milhões.

Segundo o despacho, há "aumento expressivo" de dengue e chikungunya no Estado, situação "semelhante ao mesmo período de 2022, em que o Estado de São Paulo foi classificado com alto risco, a partir da avaliação da matriz de prioridades, construída com indicadores do Diagrama de Controle para Dengue, casos graves e óbitos confirmados e/ou em investigação". Segundo a secretária, até agora foram relatados 35,6 mil casos de dengue e 25 óbitos em todo o Estado, o que representa uma redução de 13% nas infecções em relação ao mesmo período do ano passado.

A Secretaria de Estado da Saúde diz que não recebe entrega do ministério desde dezembro e, por isso, abriu processo para adquirir 15 mil litros. A remessa, afirma, é para suprir a demanda de março, abril e maio, fase de maior incidência das doenças ligadas ao mosquito.

A Prefeitura também importa, por conta própria, 15 mil litros do Cielo. A compra direta, sem intermédio federal, passou a ser estudada em agosto. Ao todo, 10 mil litros já chegaram e permitiram que a política de nebulização não fosse descontinuada.











NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS

CNPJ Nº 04.992.714/0001-84

Relatório da Administração 2022

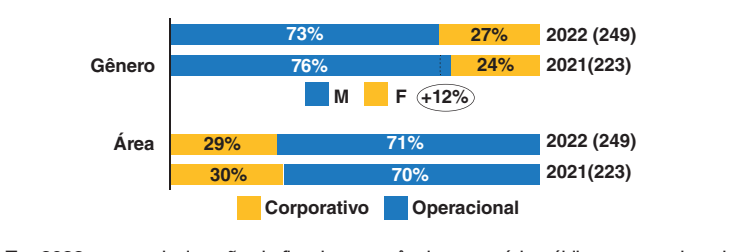
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: 1.1 SUMÁRIO. O ano de 2022 marca o compromisso da NTS com a abertura e o fortalecimento do mercado de gás natural do país. A entrada de novos carregadores em sua malha dutoviária, a celebração do acordo de redução de flexibilidade com a Petrobras, e sobretudo, o plano estratégico propõem soluções integradas para monetização do gás do pré-sal e a redução da dependência de gás importado...

Companhia para efeito de cálculo da receita anual da NTS. Na tabela abaixo temos, por contrato, a capacidade de transporte contratada e a movimentação média por dia.

Table with columns: Contrato, Capacidade contratada\*, Movimentação média (MM m³/dia) 2022, 2021, and Vencimento. Rows include Malha Sudeste, Malha Sudeste II, GASDUC III, GASTAU, Paulínia - Jacutinga, and Total.

\*Os dados operacionais desta tabela não foram auditados pela auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda. Em setembro de 2022, a NTS celebrou com o Carregador Petrobras, o Acordo de Redução de Flexibilidade e Aditivos de adequação aos GTAs...

2.4 A OPERAÇÃO. O ano de 2022 marcou o primeiro aniversário desde que a NTS assumiu definitivamente as atividades de operação e manutenção dos gasodutos de transporte de gás de sua propriedade, operação até então executada pela Petrobras Transporte S.A. (Transpetro)...



Em 2022, com a declaração do fim da emergência em saúde pública provocada pela pandemia da COVID-19 pelas autoridades brasileiras e melhor significativa dos indicadores epidemiológicos, as atividades da NTS voltaram a ser realizadas presencialmente em todas as instalações...

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO O Relatório da Administração da NTS referente ao exercício social findo em 31/12/2022, comparado ao exercício social findo em 31/12/2021, traz os seguintes destaques: Receita Operacional Líquida 6.777.519, Custo dos serviços prestados (833.752), Lucro Bruto 5.943.767...

3.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA. Em 2022, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 6,8 bilhões, 175% superior aos R\$ 5,8 bilhões registrados em 2021. A receita operacional da NTS é integralmente gerada pelos seus GTAs firmes e interruptivos.

3.2 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS. Em 2022, o Custo dos Serviços Prestados somou R\$ 833 milhões, ou 12,3% da receita líquida, comparáveis a R\$ 888 milhões e 15,4% da receita líquida em 2021.

3.3 LUCRO BRUTO. A NTS apurou Lucro Bruto de R\$ 5,9 bilhões, um aumento de R\$ 1,1 bilhão ou 21,8% em relação a 2021, quando o lucro registrado foi de R\$ 4,9 bilhões. A margem bruta expandiu 3,1 pp, para 87,7% ante 84,6% em 2021.

3.4 RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS. As Receitas/Despesas Operacionais totalizaram um saldo negativo de R\$ 113 milhões em 2022, equivalente a 1,7% da receita operacional líquida, resultado que se compara ao saldo positivo de R\$ 87 milhões em 2021.

3.5 LUCRO OPERACIONAL. Em 2022, o Lucro Operacional totalizou R\$ 5,8 bilhões, alcançando uma relação de 86% da receita operacional líquida apurada em 2022 e representando crescimento de 21,7% em relação ao Lucro Operacional registrado em 2021.

Table with columns: Em milhares de Reais, 2022, 2021, Var., Var. 22 x 21. Rows include Receitas (despesas) operacionais, Despesas gerais e administrativas, Doações, Recrutamento e seleção, Serviços contratados, Aluguéis e taxas, Manutenções de licenças, Despesas com escritório e outras, Auditoria, Assessoria jurídica, contábil e consultoria, etc.

3.5 LUCRO OPERACIONAL. Em 2022, o Lucro Operacional totalizou R\$ 5,8 bilhões, alcançando uma relação de 86% da receita operacional líquida apurada em 2022 e representando crescimento de 21,7% em relação ao Lucro Operacional registrado em 2021.

3.6 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO. O Resultado Financeiro Líquido apurado em 2022 foi negativo em R\$ 1,223 milhões, comparado a também negativos R\$ 210 milhões em 2021.

Adicionalmente, a escalada da taxa de juros contribuiu para que a taxa CDI média atingisse o maior patamar em 7 anos, chegando a 12,4% no acumulado do ano 2022 frente a 4,4% de 2021.

Table with columns: Em milhares de Reais, 2022, 2021, Var., Var. 22 x 21. Rows include Resultado Financeiro Líquido, Receitas financeiras, Despesas financeiras.

Table with columns: Em milhares de Reais, 2022, 2021, Var., Var. 22 x 21. Rows include Endividamento, Notas comerciais, Debêntures, Empréstimo Scotiabank, etc.

3.7 RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS. O Resultado antes dos Impostos totalizou R\$ 4,6 bilhões em 2022, valor semelhante ao de 2021, porém representa uma redução no percentual sobre a receita líquida em 11,5 pontos percentuais devido à deterioração do resultado Financeiro Líquido da companhia, conforme identificado no item anterior, e praticamente anulando o impacto positivo do maior Lucro Operacional no período.

Table with columns: Em milhares de Reais, 2022, 2021, Var., Var. 22 x 21. Rows include Impostos, IR e contribuição social, IR e contribuição social diferidos.

3.8 IMPOSTO DE RENDA E CSLL. Foram apurados R\$ 1,5 bilhão de IRPJ/CSLL correntes e diferidos em 2022, ante R\$ 1,5 bilhão em 2021, com alíquota efetiva permanecendo praticamente inalterada, atingindo 33,3% no ano.

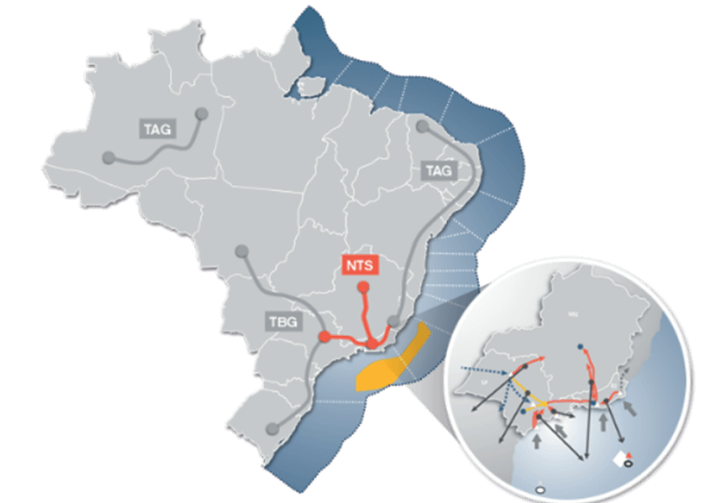
3.9 LUCRO LÍQUIDO. Em 2022, a NTS registrou Lucro Líquido de R\$ 3,1 bilhões, resultado equivalente a 45,4% da receita líquida e R\$ 15 milhões superior ao montante de R\$ 3,1 bilhões em 2021.

Table with columns: Em milhares de Reais, 2022, 2021, Var., Var. 22 x 21. Rows include Lucro líquido, EBITDA, EBITDA Margem EBITDA %.

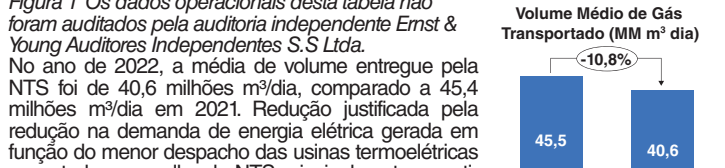
3.11 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL. Em 31/12/2022 o Ativo Imobilizado, líquido de depreciação, totalizou R\$ 7,7 bilhões, comparável a R\$ 7,8 bilhões em 31/12/2021. A redução do saldo deve-se basicamente à depreciação ocorrida entre períodos já líquida da entrada de novos investimentos.

Table with columns: Em milhares de Reais, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Divida Bruta, Notas comerciais, Debêntures, Empréstimo Santander (CCB), Empréstimo Scotia Bank (a), Empréstimo Scotia Bank (2) (a), Empréstimo MUFJG (a) / (b), Empréstimo CITI (a) / (b), Empréstimo SMBC, Empréstimo BNP.

Em outubro de 2022 a companhia concluiu o processo de captação de aproximadamente R\$ 5 bilhões visando a antecipar o resgate da 2ª Debênture emitida em 2018 e com prazo de vencimento em abril de 2023.



A companhia opera em regime de autorização e com 100% da capacidade contratada em contratos comerciais de longo-prazo na modalidade ship-or-pay com vencimentos em 2025, 2030 e 2031. Ao longo da malha, a NTS possui 6 estações de compressão de gás, sendo 5 próprias. A malha da NTS possui forte interligação entre seus gasodutos, conectando-se à produção nacional proveniente principalmente das bacias de Campos e Santos, ao gasoduto Bolívia-Brasil, de propriedade da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), de gasodutos da região nordeste do Brasil, de propriedade da Transportadora Associada de Gás (TAG) e ao terminal de GNL da Baía da Guanabara, de propriedade da Petrobras, totalizando assim 9 pontos de recebimento e 47 pontos de entrega de gás na região.



2.3 CONTRATOS DE TRANSPORTE VIGENTES A relação comercial entre uma transportadora de gás e seus clientes, denominados carregadores, é regida por Contratos de Serviço de Transporte de Gás Natural (ou Gas Transportation Agreements - GTA), regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Cada um dos GTAs refere-se a um gasoduto ou conjunto de gasodutos do sistema de transporte da NTS.

2.4 A OPERAÇÃO. O ano de 2022 marcou o primeiro aniversário desde que a NTS assumiu definitivamente as atividades de operação e manutenção dos gasodutos de transporte de gás de sua propriedade, operação até então executada pela Petrobras Transporte S.A. (Transpetro)...

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 27A6-47E4-C2FD-D9DD.

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS

CNPJ Nº 04.992.714/0001-84

Overhaul de turbinas na ECOMP de Taubaté e Vale do Paraíba; Plano de mitigação de SCC (corrosão por estresse) com 35 escavações no ano; Campanhas de PIG para limpeza, inspeção e reparo de dutos; Reforma das bases operacionais. É imprescindível para a companhia manter a capacidade de transporte de acordo com as obrigações contratuais de cada um dos GTAs...

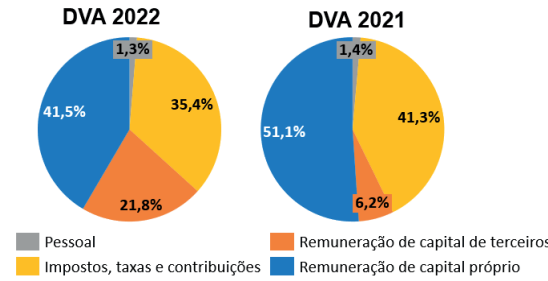


Table with 4 columns: Em milhares de Reais, 2022, 2021, Var. Rows include Pessoal, Impostos, taxas e contribuições, Remuneração de capital de terceiros, Remuneração de capital próprio, and TOTAL DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.

3.14 AUDITORES INDEPENDENTES. A auditoria externa independente, cuja contratação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, examina as demonstrações financeiras da Companhia após o fim de cada um dos três primeiros trimestres do exercício social em curso e nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social...

reitorias executivas nas tomadas de decisão. Por fim, o gerenciamento e status dos planos de mitigações dos riscos são compartilhados trimestralmente com o Conselho de Administração. Outra importante ferramenta utilizada na gestão de riscos é a contratação de seguros. A NTS adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros...

porcionando caminhos para entrada no mercado de trabalho e para empreender no mundo digital. Projeto Itinerante Monet à Beira D'Água - Projeto itinerante que levou a exposição Monet à Beira D'Água para escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, aproximando a arte de mais de 9 mil alunos. 4.3 SAÚDE E SEGURANÇA. A NTS tem reforçado continuamente sua cultura de segurança pela aplicação de auditorias comportamentais conduzidas pela liderança e orientação das equipes na mudança de comportamento...

Balancos Patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Table with columns: Ativo, Circulante, Não circulante, Imobilizado, Total do Ativo, Passivo Circulante, Não circulante, Patrimônio Líquido, Total do Passivo.

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Table with columns: Receita líquida, Lucro operacional, Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício, Lucro básico e diluído por ação (em R\$).

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2021, Saldos em 31 de dezembro de 2020, Saldos em 31 de dezembro de 2021.

Demonstrações do Fluxo de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Table with columns: Atividades operacionais, Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais, Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos, Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento.

Demonstrações do Valor Adicionado exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Table with columns: VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR, RECEITAS, INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS, VALOR ADICIONADO BRUTO, VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PELA ENTIDADE, VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.

Demonstrações do Fluxo de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Table with columns: Atividades operacionais, Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais, Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos, Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento.













Brasil Outdoor Ltda.
Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020
Passivo Circulante
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Demonstrações dos Resultados 2021 / 2020

Oceânica
OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.
Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos

Atendendo às disposições legais, a administração da Oceânica Engenharia e Consultoria S.A., empresa líder na manutenção da integridade de ativos de óleo e gás do mercado brasileiro, tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Balancos patrimoniais Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021
Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021
Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021
Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 27A6-47E4-C2FD-D9DD.





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão.

Mensagem da Administração: Encerramos 2022 com uma entrega consistente de resultados e uma Receita Líquida relevante de BRL 1.407 milhões, com destaque para o crescimento da Unidade de Biológicos (+23,4% em relação a 2021).

produção de 4 anticorpos monoclonais biossimilares - que, em conjunto, possuem mercado endereçável de mais de USD 42 bilhões, sendo BRL 4 bilhões no Brasil - também assinamos contrato para aquisição do Laboratório Farmacêutico Bergamo, por USD 28 milhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Table with columns: Ativos, Notas, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, etc.

Table with columns: Passivos, Notas, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Fornecedores, Fornecedores partes relacionadas, Empréstimos e financiamentos, etc.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Table with columns: Fluxos de caixa das atividades operacionais, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Resultado antes dos impostos, Ajustes para reconciliar o lucro, Depreciação e amortizações, etc.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Table with columns: Saldos em 1º de janeiro de 2021, Lucro líquido do período, Ajuste acumulado de conversão em controladas, etc.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Table with columns: Notas, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Receita operacional líquida, Custo das mercadorias e produtos vendidos, Lucro bruto, etc.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Table with columns: Notas, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Receitas, Vendas de mercadorias, produtos e serviços, Outras (despesas) receitas, líquidas, etc.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Table with columns: Notas, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Lucro líquido do período, Ajuste acumulado de conversão em controladas, Resultado abrangente atribuído aos acionistas, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional: A Blau Farmacêutica S.A. ("Companhia", "Blau" ou "Grupo") é uma indústria farmacêutica brasileira, de sociedade anônima, com sede na Rodovia Raposo Tavares, nº 2.633, Km 30,5, na cidade de Cotia, estado de São Paulo e está registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) sob o código "BLAU3". As principais atividades da Companhia e de suas controladas (o "Grupo") consistem na fabricação, desenvolvimento e comercialização de medicamentos de alta complexidade, de marca própria, para o segmento institucional. A Blau possui um complexo industrial farmacêutico, composto por cinco plantas industriais, dedicadas à produção de medicamentos biológicos, biotecnológicos, oncológicos, antibióticos, anestésicos injetáveis e insumos farmacêuticos (IFAs) biotecnológicos, sendo quatro unidades situadas no estado de São Paulo (três no município de Cotia e uma no município de São Paulo) e uma no estado de Goiás (município de Anápolis). A Blau reforça seu compromisso com a segurança e saúde de seus colaboradores, ao mesmo tempo em que mantém seus esforços para a produção regular de medicamentos para o segmento institucional, essenciais à manutenção da vida.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 27A6-47E4-C2F2-D9D0.



Ocrim S.A. Produtos Alimentícios

CNPJ nº 61.065.199/0001-20

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação do capital social)

Table with financial data: Balancos patrimoniais, Balancos patrimoniais, Demonstrações dos fluxos de caixa, Demonstrações dos fluxos de caixa, Demonstrações dos fluxos de caixa. Includes columns for 2022 and 2021 values.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Ocrim S.A. Produtos Alimentícios ("Companhia") tem por objetivo a moagem de trigo e de outros cereais, a industrialização e comercialização de seus produtos e subprodutos, a fabricação e comercialização de biscoitos e massas, assim como a produção de ração animal. A Ocrim S.A. Produtos Alimentícios iniciou suas operações em 28/09/1951...

direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 17/01/2023. A administração avaliou os impactos das novas normas e concluiu que não serão reconhecimentos imediatos em função das alterações. 4. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem a caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez...

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis condensadas. Ocrim S.A. Produtos Alimentícios: Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da Ocrim S.A. Produtos Alimentícios... Contadora: Viviane Isadora de Souza - CRC 1SP212526-0

J&T Express Brazil Ltda. CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070. Edital de Convocação. Sede Social: Avenida Engenharia Luro Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Blau Farmacêutica S.A. Companhia Aberta. CNPJ/ME nº 58.430.828/0001-60 - NIRE 33.500.416.406 | Código CVM nº 2462-7. Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 19 de Abril de 2023.

Mirante Administração e Participações S.A. CNPJ nº 74.773.711/0001-10 - N.I.R.E. 35.300.138414. Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19/12/2022. 1. Data, Hora e Local: Realizada em 19/12/2022, às 13:00 horas, na sede da Mirante Administração e Participações S.A.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 27A0-47E4-C2FD-D9D0.





**EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.**  
CNPJ nº 24.870.962/0001-60

**Aviso:** As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis eletronicamente no endereço eletrônico [www.tbem.com.br](http://www.tbem.com.br) e <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>

**Relatório da Administração**

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

**Balancos Patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

		<b>(Em milhares de reais)</b>	
	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>
<b>Ativo Circulante</b>			<b>Passivo Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa	11.477	5.433	Debêntures e arrendamento mercantil
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	5.153	5.622	Fornecedores
Ativo contratual da concessão	73.358	68.778	Imposto de renda e contribuição social a pagar
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	1.229	2.543	Outros tributos a pagar
Outros tributos compensáveis	2	5	Dividendos a pagar
Outros ativos	655	597	Encargos regulatórios
	<b>91.874</b>	<b>82.978</b>	Contribuições e encargos regulatórios diferidos
			Outros passivos
			<b>Passivo Não Circulante</b>
			Debêntures e arrendamento mercantil
			Imposto de renda e contribuição social diferidos
			Encargos regulatórios
			Contribuições e encargos regulatórios diferidos
			<b>Total do Passivo</b>
			<b>Patrimônio Líquido</b>
			Capital social
			Reservas de lucros
			Proposta de distribuição de dividendos adicionais
			<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>809.421</b>	<b>780.951</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>
			<b>809.421</b>
			<b>780.951</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	<b>(Em milhares de reais)</b>					
	Capital Social	Reserva legal	Reserva para incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reservas de lucros a reter	Proposta de distribuição de dividendos adicionais
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	37.621	7.524	4.411	-	-	-
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	-	-	-
Proposta da administração para transferir o saldo da reserva de retenção de lucros para reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(35.500)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	126.999	(126.999)	-
Destinação Proposta à A.G.O.:	-	-	64	-	-	(64)
Incentivo fiscal	-	-	-	-	-	23.239
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(23.239)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	15.042	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	37.621	7.524	4.475	142.041	-	23.239
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(23.239)
Pagamento de dividendos sobre lucros a realizar	-	-	-	(14.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	40.698
Destinação Proposta à A.G.O.:	-	-	5.534	-	-	(5.534)
Incentivo fiscal	-	-	-	-	-	(8.791)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	22.334
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(4.039)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	4.039	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	37.621	7.524	10.009	128.041	4.039	22.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

31 de Dezembro de 2022

**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE" ou "Companhia") foi constituída em 19 de maio de 2016, com a finalidade de explorar serviços de transmissão de energia elétrica, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), correspondente ao Lote M do Leilão ANEEL nº 13/2015 - 1ª Etapa, cujo investimento previsto pela ANEEL, é de R\$367.948. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua das Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala L - São Paulo - SP. A Companhia é controlada indireta da Alupar Investimento S.A. A EDTE possui o direito de explorar e controlar o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão	Data da entrada em operação comercial
Número 15/2016	30 de junho de 2016

Prazo Vigência (anos) até RAP (\*) 30  
Índice de correção IPCA  
Data de início de operação comercial 31 de dezembro de 2022

(\*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.607 de 12/07/2022. RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$92.171. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às concessionárias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EDTE entende que o atual prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

**1.1 Impactos da COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:** O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IPCA) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis. Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes dos mesmos. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2023. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da EDTE. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatos objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento do reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do

ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a EDTE efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento do reconhecimento do ativo contratual:** A Administração da EDTE avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente e identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revista anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer incidência de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica (RTF), revista as receitas que a EDTE tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado. **Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. **PV (Parcela variável):** A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações do sistema elétrico.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 Reconhecimento da receita:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura:** Refere-se à receita relativa à obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o

**Demonstração do Resultado**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

		<b>(Em milhares de reais)</b>	
	31/12/2022	31/12/2021	
Receita de operação e manutenção	13.145	11.891	
Remuneração do ativo contratual da concessão	100.107	120.270	
(-) Parcela variável	-	(30)	
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>113.252</b>	<b>132.131</b>	
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>			
Pessoal	(2.186)	(1.587)	
Materiais e serviços de terceiros	(206)	(898)	
Outros	(410)	(414)	
<b>Lucro Bruto</b>	<b>110.450</b>	<b>129.232</b>	
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>			
Pessoal e administradores	(1.136)	(1.378)	
Materiais e serviços de terceiros	(321)	(373)	
Depreciação e amortização	(53)	(138)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(10.416)	(743)	
	<b>(11.926)</b>	<b>(2.632)</b>	
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>98.524</b>	<b>126.600</b>	
Receitas financeiras	1.956	382	
Despesas financeiras	(44.210)	(56.308)	
<b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b>	<b>56.270</b>	<b>70.674</b>	
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.959)	(74)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.613)	(19.944)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>40.698</b>	<b>51.106</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração do Resultado Abrangente**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

		<b>(Em milhares de reais)</b>	
	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro líquido do exercício	40.698	51.106	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>40.698</b>	<b>51.106</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Lucro líquido do exercício** Outros resultados abrangentes **Total do resultado abrangente do exercício** **40.698** **51.106**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também das contribuições e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão e, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual da concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3 Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também das contribuições e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante. **3.1.4 Parcelas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.2 Ativo contratual da concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A concessionária de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTF), os recebimentos futuros são revisados e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, que é de 9,01% a.a. e (ii) atualizado pelo IPCA. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificados separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: **Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias:** Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro sob custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para o que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. **3.3 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.4 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração da EDTE revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a EDTE não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.5 Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures e arrendamentos contrai-dos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.6 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável

**Contador:** Angelo Piovezan - CRC 1SP293614

**A Diretoria**

**Extrato do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço eletrônico [www.tbem.com.br](http://www.tbem.com.br). O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 15 de março de 2023, sem modificações.



O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.



**Infracommerce CXAAS S.A.**

CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300577.361

**Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação**  
Ficam os Senhores Acionistas da Infracommerce CXAAS S.A. ("Companhia") convocados, na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para participarem da Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") que será realizada às 14:00h do dia 5 de abril de 2023, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, inciso III e §2º, inciso I e Art. 28, § 2º, inciso II, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a fim de apreciar e deliberarem sobre os itens da Ordem do Dia descritos neste Edital. **1. Considerações sobre a Ordem do Dia:** A Assembleia está sendo convocada principalmente no contexto do aviso de fato relevante divulgado pela Companhia em 9 de janeiro de 2023, por meio do qual foram divulgadas informações sobre a aquisição pela Companhia, por meio de determinadas operações, da Ecomsur Holding SpA ("Ecomsur"), atual razão social da Ecomsur Holding S.A., sociedade constituída e sediada no Chile. Dessa maneira, os principais itens da Ordem do Dia se relacionam com o Master Agreement, celebrado em 6 de janeiro de 2023 ("Contrato Ecomsur"), por e entre Inversiones Galilea S.A. ("Inversiones"), IG-Ventures S.A. ("IG"), EZ Ventures SpA ("EZ"), Ignite Ops Holding, LLC ("Ignite") e Pablo Andrés Basso González ("Pablo"), e em conjunto com Inversiones, IG, EZ e Ignite, os "Vendedores", a Companhia, New Retail Limited ("New Retail"), Tegalu Holding Corp. ("Tegalu"), Rio Verde Assets Limited ("Rio Verde"), Freedom Capital Group Limited ("Freedom"), Tenotia Limited ("Tenotia"), Fabian Spadone ("Fabian"), Corporacion Crup S.A. ("Crup"), Innovarr S.A. ("Innovarr"), Jose Maria Beltrami ("Jose Maria"), e, ainda, na qualidade de interveniente, Ecomsur. O Contrato Ecomsur estabelece os termos e condições por meio dos quais ocorrerá a combinação dos negócios e operações da Ecomsur e da Companhia na América Latina ("Transação Ecomsur"), sendo tal Transação Ecomsur implementada no âmbito da Companhia, pela incorporação da Ecomsur pela Companhia, com o respectivo aumento de capital da Companhia, que se tornará detentora (a) do controle da entidade da Ecomsur situada no Chile; (b) de todas as ações, menos uma, de suas subsidiárias situadas no Peru e México; e (c) da integralidade do capital social de suas subsidiárias situadas na Colômbia e Panamá. A conclusão da Transação Ecomsur está condicionada à verificação dos atos de fechamento e das condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo, sem limitação a aprovação, pelos acionistas da Companhia, da Incorporação Ecomsur, conforme descrita no Contrato Ecomsur, no "Protocolo e Justificação da Incorporação da Ecomsur Holding SpA pela Infracommerce CXAAS S.A." e no Manual para participação da Assembleia, que inclui a proposta da Administração para os temas a serem deliberados, disponíveis para consulta conforme indicado neste Edital de Convocação ("Condições Suspensivas Ecomsur"). Adicionalmente aos temas mencionados acima, a administração da Companhia também negociou outra transação no âmbito do Stock Purchase Agreement ("Contrato NewCo"), celebrado por e entre Tegalu Holding Corp. ("Tegalu"), Rio Verde Assets Limited ("Rio Verde"), Freedom Capital Group Limited ("Freedom"), Tenotia Limited ("Tenotia"), Fabian Spadone ("Fabian"), Corporacion Crup S.A. ("Crup"), Innovarr S.A. ("Innovarr"), Jose Maria Beltrami ("Jose Maria") e, em conjunto com Tegalu, Rio Verde, Freedom, Tenotia, Fabian, Crup e Innovarr, "Acionistas NewCo") e a Companhia. O Contrato NewCo estabelece os termos e condições por meio dos quais será realizada operação que objetiva consolidar o controle da Companhia na New Retail, bem como liquidar determinadas dívidas de subsidiárias da New Retail relacionadas a aquisições passadas ("Transação NewCo"), sendo tal Transação NewCo implementada pela incorporação da New Omnichannel Ltd. ("NewCo"), entidade que detém participação na New Retail, com o respectivo aumento de capital da Companhia, que se tornará detentora de participação adicional em sua controlada New Retail. A conclusão da Transação NewCo está condicionada à verificação dos atos de fechamento e das condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo, sem limitação, a aprovação, pelos acionistas da Companhia, da Incorporação NewCo, conforme descritas no Contrato NewCo, no "Protocolo e Justificação da Incorporação da New Omnichannel Ltd. pela Infracommerce CXAAS S.A." e no Manual para participação da Assembleia, que inclui a proposta da Administração para os temas a serem deliberados, disponíveis para consulta conforme indicado neste Edital de Convocação ("Condições Suspensivas NewCo"). **2. Ordem do Dia:** (i) aprovação do "Protocolo e Justificação da Incorporação da Ecomsur Holding SpA pela Infracommerce CXAAS S.A.", celebrado em 14 de março de 2023 ("Protocolo e Justificação Ecomsur"), pelos administradores da Companhia e da Ecomsur, que contém todos os termos e condições da incorporação da Ecomsur pela Companhia ("Incorporação Ecomsur"); (ii) ratificar a nomeação e contratação da empresa especializada Externa Contabilidade Ltda. ("Avaliadora Ecomsur") responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor patrimonial líquido da Ecomsur a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação Ecomsur"); (iii) aprovação do Laudo de Avaliação Ecomsur elaborado pela Avaliadora Ecomsur; (iv) aprovação da Incorporação Ecomsur, nos termos e condições do Protocolo e Justificação Ecomsur e o consequente aumento do capital social da Companhia; (v) aprovação do "Protocolo e Justificação da Incorporação da New Omnichannel Ltd. pela Infracommerce CXAAS S.A.", celebrado em 14 de março de 2023 ("Protocolo e Justificação NewCo"), pelos administradores da Companhia e da NewCo, que contém todos os termos e condições da incorporação da NewCo pela Companhia ("Incorporação NewCo"); (vi) ratificar a nomeação e contratação da empresa especializada Externa Contabilidade Ltda. ("Avaliadora NewCo") responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor patrimonial líquido, do patrimônio líquido da NewCo a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação NewCo"); (vii) aprovação do Laudo de Avaliação NewCo elaborado pela Avaliadora NewCo; (viii) aprovação da Incorporação NewCo, nos termos e condições do Protocolo e Justificação NewCo e o consequente aumento do capital social da Companhia; (ix) aprovação da alteração do Artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento de capital social da Companhia decorrente da aprovação do item (iv) da Ordem do Dia e/ou da aprovação do item (viii) da Ordem do Dia, conforme aplicáveis, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (x) aprovação da autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à efetivação e implementação das deliberações aprovadas, nos termos da legislação vigente, incluindo, mas não se limitando, condicionado ao cumprimento das respectivas Condições Suspensivas Ecomsur e Condições Suspensivas NewCo, a implementação da Incorporação Ecomsur e da Incorporação NewCo, respectivamente, bem como a emissão das novas ações a serem emitidas pela Companhia em decorrência da(s) incorporação(ões) aprovada(s). A Companhia ressalta que as propostas de deliberação descritas nos itens (i) a (iv) acima são negócios jurídicos interdependentes, sendo premissa que cada uma das deliberações indicadas nos itens (i) a (iv) acima não terá eficácia, individualmente, sem que as demais também tenham sido aprovadas. Dessa forma, caso a AGE rejeite qualquer das matérias constantes dos itens (i) a (iv) da Ordem do Dia ou não sejam obtidas as aprovações societárias ou não sejam satisfeitas as condições previstas no Protocolo e Justificação Ecomsur, nenhuma das demais matérias constantes dos itens (i) a (iv) eventualmente aprovadas, a eficácia integral das deliberações está também sujeita à satisfação ou renúncia (quando aplicáveis) de todas as Condições Suspensivas Ecomsur constantes do Contrato Ecomsur celebrado e descrito no fato relevante de 9 de janeiro de 2023. Da mesma maneira, a Companhia ressalta que as propostas de deliberação descritas nos itens (v) a (viii) acima, nos termos do edital de convocação, são negócios jurídicos interdependentes, sendo premissa que cada uma das deliberações indicadas nos itens (v) a (viii) acima não terá eficácia, individualmente, sem que as demais também tenham sido aprovadas. Dessa forma, caso a AGE rejeite qualquer das matérias constantes dos itens (v) a (viii) da Ordem do Dia ou não sejam obtidas as aprovações societárias ou não sejam satisfeitas as Condições Suspensivas Ecomsur e Condições Suspensivas NewCo, nenhuma das demais matérias constantes dos itens (v) a (viii) eventualmente aprovadas na AGE produzirão efeitos. Adicionalmente, a eficácia integral das deliberações está também sujeita à satisfação ou renúncia (quando aplicáveis) de todas as Condições Suspensivas Ecomsur e Condições Suspensivas NewCo. **Independência das Operações.** Esclarece-se que a Incorporação Ecomsur e a Incorporação NewCo são operações autônomas entre si, e a aprovação e efetivação de cada uma delas ocorrerá de forma independente da aprovação e efetivação da outra. Conforme disposto no artigo 125 da Lei das S.A., com relação aos itens "v" e "x" da Ordem do Dia, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto), no mínimo, do capital social volante da Companhia. Nos termos do artigo 135 da Lei das S.A., com relação ao item "ix" da Ordem do Dia, para a instalação da Assembleia em primeira convocação será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto da Companhia. Caso não seja atingido o quórum de instalação de primeira convocação, a deliberação das respectivas matérias acima, proceder-se-á à instalação da Assembleia apenas com relação às matérias para as quais se verificou o quórum de instalação e proceder-se-á a nova convocação, por meio da publicação de novo Edital de Convocação, para as demais matérias, anunciando a nova data para realização da Assembleia para o(s) respectivo(s) tema(s) em segunda convocação, com pelo menos 8 (oto) dias de antecedência, sendo a Assembleia instalada mediante a presença de qualquer número de acionistas. **3. Instruções Gerais:** Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia, a partir desta data, na forma prevista na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81, na sede social da Infracommerce, no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.infracommerce.com.br/>), no site da CVM ([www.cvm.gov.br/](http://www.cvm.gov.br/)) e no site da B3 (<http://www.b3.com.br/>); (i) as cópias das publicações deste Edital de Convocação; (ii) o Manual para participação da Assembleia para a Ordem do Dia da Assembleia; (iii) o formulário de cadastro, contendo seus anexos, incluindo (a) o Protocolo e Justificação Ecomsur e seus anexos, dentre os quais o Laudo de Avaliação Ecomsur; (b) o Protocolo e Justificação NewCo e seus anexos, dentre os quais o Laudo de Avaliação NewCo; (c) os principais termos da Transação Ecomsur; (d) os principais termos da Transação NewCo; e (e) as informações do Anexo I da Resolução CVM 81 para a Incorporação Ecomsur e para a Incorporação NewCo. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. e da decisão do Colegiado da CVM no processo CVM/RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos; (iii) se titular de ações de capital aberto emitidas no Brasil e (iv) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos descritos acima, bem como no Manual da Assembleia. Conforme dispõe o artigo 28, § 1º, da Resolução CVM 81, a Plataforma Eletrônica disponibilizada pela Companhia assegurará: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital ([www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DF5F54B49CC](http://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DF5F54B49CC)), no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das faturas físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notificação, a consolidação, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação dos acionistas, bem como o envio de cópias simples dos originais de tais documentos, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros, quando aplicável, através da Plataforma Digital (link acima mencionado). A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. As demais orientações e informações para a participação virtual na Assembleia, bem como todos os documentos relativos à Ordem do Dia, devem ser consultados no Manual da Assembleia, que contém a Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da CVM ([www.cvm.gov.br/](http://www.cvm.gov.br/)), da B3 (<http://www.b3.com.br/>) e da Companhia ([ri.infracommerce.com.br/](http://ri.infracommerce.com.br/)). São Paulo/SP, 15 de março de 2023. **Pedro Jereissati** - Presidente do Conselho de Administração.

**CEASAS**

# Preços da batata, cebola e tomate têm queda nos atacados do País em fevereiro

Informação faz parte no 3º Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro da Companhia Nacional de Abastecimento



Quanto à cenoura, o Boletim Prohort mostra que os percentuais de alta foram bastante significativos. A média ponderada das Ceasas ficou 44,22% superior à registrada em janeiro

Os preços da batata, cebola e tomate registraram queda na maioria das Centrais de Abastecimento (Ceasas) do País em fevereiro. Os dados fazem parte do 3º Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado na quinta-feira, 16. De acordo com o estudo, apenas a cenoura teve alta nos preços em quase todas as Ceasas analisadas. Segundo a estatal, no caso da cebola e do tomate, o movimento de queda nas cotações já vinha ocorrendo desde os meses anteriores. A cebola teve um pico de preços em novembro de 2022, mas, a partir daí, houve quedas intensas, mesmo com a menor oferta em alguns períodos. Para o tomate, a diminuição não foi unânime, refletindo-se nos percentuais da média ponderada que, no mês em análise, teve queda de -5,08%, em comparação com a média de janeiro. Já a batata passou por altas consecutivas de setembro/22 a janeiro deste ano, mas em fevereiro os preços cederam na maioria das Ceasas, com

exceção da Ceasa/DF - Brasília, que registrou alta de 6,69%. A oferta vem se mantendo quase estável e sua queda nos dois primeiros meses do ano não foi suficiente para pressionar os preços para cima. Quanto à cenoura, o Boletim Prohort mostra que os percentuais de alta foram bastante significativos. A média ponderada das Ceasas ficou 44,22% superior à registrada em janeiro, mês em que a média havia subido 36,43% em relação a dezembro de 2022. "A principal razão para isso foram as chuvas acima da média nas regiões produtoras do Sudeste, o que ocasionou a pouca oferta desta cultura nas Centrais, que ocorreu desde janeiro em relação a dezembro, quando os preços sofreram reversão", explicou a Conab. No caso da alface, houve em fevereiro desuniformidade na oferta e nos de preços. "Os preços no início de março estão em elevação na maioria dos mercados. Condições climáticas tendem a equilibrar a oferta e demanda nos próximos meses. Aumento dos valores por aluno para alimentação escolar, pode pressionar os preços", comentou a Conab. A pesquisa da Conab considera as cinco hortaliças (batata, cenoura, cebola,

tomate e alface) com maior representatividade na comercialização nas principais Ceasas do País e que registram maior destaque no cálculo do índice de inflação oficial (IPCA). No segmento de frutas, o estudo da Conab também leva em conta os alimentos com maior participação na comercialização e no cálculo da inflação (banana, laranja, maçã, mamão e melancia). No mês de fevereiro, apenas a banana deu alguns sinais de preços baixos em mercados de grande comercialização, sobretudo nas Ceasas localizadas em Goiânia/GO (-11,69%) e Belo Horizonte/MG (-11,62%), onde a fruta chegou a ser vendida por R\$ 4,88/kg e R\$ 3,55/kg, respectivamente. Mesmo assim, nas Centrais de Rio Branco/AC e São José/SC, houve aumentos significativos. No mercado da banana prata, em período de entressafra, os preços continuaram elevados, mas estáveis. Segundo a Conab, a laranja passou por uma diminuição moderada na oferta, ocasionada pela redução na colheita no campo por causa das chuvas que causaram problemas logísticos, e aumento das cotações influenciado pela elevação da demanda no varejo por causa do calor, entre outros

fatores. A demanda da indústria produtora de suco continuou alta. As exportações também subiram e a perspectiva anual para as vendas externas é positiva. O mamão manteve uma tendência de alta, permanecendo em elevados níveis de preço. A oferta do papaia continuou baixa e as exportações diminuiriam justamente por conta da menor disponibilidade interna do produto. Quanto à melancia, houve queda da produção gaúcha e aumento no sul baiano, com a presença de frutas de qualidade. Os empresários do ramo nessas regiões tiveram boa rentabilidade. Já as exportações diminuiriam devido ao menor volume potiguar produzido e à elevação dos preços do frete marítimo. A maçã teve movimento diferente, uma vez que os preços caíram e a comercialização subiu na maioria das Ceasas, com a chegada da safra da maçã gala aos mercados, atrassada em um mês pela estiagem no Rio Grande do Sul. A colheita da safra da fuji se intensificará em fins de março e início de abril. A temporada de exportações começará efetivamente a partir deste mês, com o aumento do volume colhido.

**Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.**

Companhia Fechada - CNPJ/ME nº 61.206.397/0001-67 - NIRE 35.300.042.174

**Aviso aos Acionistas**  
Em cumprimento ao disposto nos artigos 133 e 135, §3º da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("LSA"), a Administração da **Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.** ("Companhia") comunica que (i) os documentos a que se referem os incisos I a V do aludido artigo 133 da LSA, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) os documentos a que se referem o aludido artigo 135, §3º da LSA, sendo estes a Proposta de Aumento de Capital mediante capitalização de parte da reserva de investimentos e parte da reserva de pesquisa e desenvolvimento, a Proposta de Consolidação do Estatuto Social da Companhia e, ainda, a ata da reunião do Conselho Fiscal realizada em 14 de março de 2023, se encontram à disposição dos Senhores Acionistas na Sede da Companhia, na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Rua Heloisa Pamplona, nº 842. São Caetano do Sul, 16 de março de 2023 - **Christian Mattar Saigh** - Diretor Presidente.

**Novo Rumo Consultoria, Assessoria e Planejamento Ltda.**

CNPJ 03.456.885/0001-26

**Edital de Convocação - Reunião de Sócios Extraordinária**  
Representada pelo sócio administrador **David Daniel Lopes**, RG nº 460.541-1 SSP/SP e CPF nº 161.136.089-72, residente na Rua Quirino de Andrade, nº 193, 3º Andar, Conjuntos 31/32 - Centro - CEP: 01049-010, SP/SP vem através desta, **Convocar** a sócia **Sueli Rodrigues do Nascimento**, RG nº 36.784.688-3 SSP/SP e CPF nº 351.051.918-38, residente na Rua Serra da Canastra, nº 418, Bloco 1, Apartamento 22 - Jardim Amélia - CEP: 03221-300, SP/SP para **Reunião de Sócios Extraordinária**, que será realizada no dia 27/03/2023, na sede da empresa, Rua Ana de Camargo Branco, nº 270, Sala 01 - Vila São Jorge - CEP: 06402-020, Barueri/SP com a finalidade de deliberar sobre: • Alteração de Endereço da Sede. São Paulo, 13 de Fevereiro de 2023. **David Daniel Lopes**.

**TGSP-24 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.**

CNPJ/ME nº 17.942.510/0001-80 | NIRE 3522745855-8

**Ata da Reunião Extraordinária de Sócios**  
**Data, Hora e Local:** Aos 10/03/2023, às 09h30, na sede social localizada em São Paulo/SP. **Presença e Convocação:** Dispensada pela presença da totalidade dos Sócios. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) Redução do capital social por ser excessivo, passando de R\$ 35.542.537,00 para R\$ 27.542.537,00, de acordo com o inciso II do Artigo 1.082 da Lei nº 10.406/02. O montante total a ser restituído aos Sócios será pago após o transcurso do prazo de oposição de credores, previsto no §2º do Artigo 1.084 do Código Civil; e (b) Consolidar o Contrato Social. Alexandre Wolynec, Presidente e Dan Suguio, Secretário.

**Cooperativa de Produtores de Cana-De-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo**

CNPJ/ME nº 61.149.589/0001-89 - NIRE 35400021136

**Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 25/10/2022**  
Aos 25/10/2022, às 10h30, em SP/SP, Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 02, Vila Gertrudes, reuniram-se presencialmente e por meio de vídeo conferência, os membros do Conselho de Administração, Luis Roberto Pogetti, presidiu a mesa da reunião e convidou a mim, Juliana Montanheiro Lara, para secretariá-lo. Deliberação Unânime: (i) o encerramento da seguinte filial da Cooperativa: filial Pouso Alegre-MG - Yoki, com atividade econômica de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, localizada na Estrada Pouso Alegre a Cachoeira de Minas, s/nº, parte B, Lemeira, CEP 37.550-001, no Município de Pouso Alegre/MG, CNPJ/ME nº 61.149.589/0047-61, NIRE nº 31.9.0190020-1 e IE nº 725.466854.04-36. Adicionalmente, o Conselho autorizou os Executivos Profissionais da Cooperativa a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários para a implementação da deliberação acima. Nada mais. São Paulo, 25/10/2022. **Mesa:** Luis Roberto Pogetti - **Presidente;** Juliana Montanheiro Lara - **Secretária.** JUCESP nº 77.382/23-7 em 22/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**CLUBE ESPORTIVO HELVETIA**

EDITAL DE CONVOCACÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CLUBE ESPORTIVO HELVETIA  
DIA 02 DE ABRIL DE 2023 - DOMINGO ÀS 09:00 HORAS EM PRIMEIRA CHAMADA E ÀS 10:00 HORAS EM SEGUNDA CHAMADA

Prezado Associado, Em conformidade com o art. 4º, I do Estatuto Social do Clube Esportivo Helvetia, fica V. Sas, convocado a participar da Assembleia Geral Ordinária do Clube Esportivo Helvetia, em sua sede social na Avenida Indianópolis, 3145 - Planalto Paulista - SP, onde será realizada no dia 02 de abril de 2023, às 09:00 horas em primeira convocação e às 10:00 horas em segunda convocação, quando será observada a seguinte ordem do dia: 1) Leitura e apreciação da Ata da Assembleia Anterior; 2) Aprovação das contas relativas ao exercício de 2022; 3) Assuntos diversos de interesse do Clube. Convocação a presença de todos os associados com direito de voto e em dia com as mensalidades do clube. Atenciosamente,  
**Fidelcino Ribeiro Homem** - Presidente do Conselho Deliberativo

**TGSP-42 Empreendimentos Imobiliários Ltda**

CNPJ/ME nº 27.153.534/0001-04 | NIRE nº 35230402631

**Ata de Reunião Extraordinária de Sócios**  
**Data, hora e local:** Aos 01/03/2023, às 18:30 horas, na sede da Sociedade localizada na Cidade de São Paulo/SP. **Presença e Convocação:** Dispensada pela presença da totalidade dos Sócios. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) Aprovar a redução do capital social por ser excessivo, de acordo com o inciso II do Artigo 1.082 da Lei nº 10.406/02, passando de R\$ 23.027.718,00 para R\$ 4.027.718,00. O montante total a ser restituído aos sócios será pago após o transcurso do prazo de oposição de credores, previsto no §2º do Artigo 1.084 do Código Civil; (b) Alterar a administração da Sociedade; e (c) Consolidar o Contrato Social. Alexandre Wolynec, Presidente e Dan Suguio, Secretário.

**TGSP-27 SPE Ltda.**

CNPJ/ME nº 17.942.216/0001-79 | NIRE nº 35227458515

**Ata da Reunião Extraordinária de Sócios**  
**Data, hora e local:** Aos 10/03/2023, às 09h30, na sede da Sociedade localizada em São Paulo/SP. **Presença e Convocação:** Dispensada pela presença da totalidade dos Sócios. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) Reduzir o capital social da Sociedade por ser excessivo, de acordo com o inciso II do Artigo 1.082 da Lei nº 10.406/02, passando de R\$ 33.712.588,00 para R\$ 28.712.588,00. O montante total a ser restituído aos Sócios será pago após o transcurso do prazo de oposição de credores, previsto no §2º do Artigo 1.084 do Código Civil; e (b) Consolidar o Contrato Social. Alexandre Wolynec, Presidente e Dan Suguio, Secretário.

**COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PARCELEX**

CNPJ/ME: 35.522.391/0001-99 - NIRE: 35.300.544.650

**Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Maio de 2021**  
**Data, Hora, Local:** 28.05.2021, às 10hs, na sede social, na Rua Cardenal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Todos os membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello, Secretária: Victoria de Sá. **Deliberações Aprovadas:** (a) a eleição da Sra. Maria Clara de Azevedo Morgulins, brasileira, solteira, administradora financeira, RG 44.344.261-1 SSP/SP, CPF/ME 339.400.228-02, com endereço comercial em São Paulo/SP, para o cargo de Diretora sem designação específica, conforme Termo de Posse e Desempedimento; (ii) a reeleição (a) da Sra. Victoria de Sá, brasileira, casada, advogada, RG 44.939.079-2 SSP/SP, CPF/ME 397.787.928-60, com endereço comercial São Paulo/SP, ao cargo de Diretora de Relações com Investidores, conforme Termo de Posse e Desempedimento; e (b) do Sr. Carlos Pereira Martins, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG 44.707.698-X SSP/SP, CPF/ME 381.851.958-70, com endereço comercial em São Paulo/SP, ao cargo de Diretor Presidente, conforme Termo de Posse e Desempedimento; e (iii) a consolidação da composição da Diretoria: (a) o Sr. Carlos Pereira Martins, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG 44.707.698-X, CPF/ME 381.851.958-70, com endereço comercial em São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Presidente; (b) a Sra. Victoria de Sá, brasileira, casada, advogada, RG 44.939.079-2 SSP/SP, CPF/ME 397.787.928-60, com endereço comercial em São Paulo/SP, para o cargo de Diretora de Relações com Investidores; e (c) a Sra. Maria Clara de Azevedo Morgulins, brasileira, solteira, administradora financeira, RG 44.344.261-1 SSP/SP, CPF/ME 339.400.228-02, com endereço comercial em São Paulo/SP, para o cargo de Diretora sem designação específica. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 28.05.2021. **Conselheiros Presentes:** Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello, Victoria de Sá e Helio Ricardo Souza Lemos. **Mesa:** Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello - Presidente, Victoria de Sá - Secretária. JUCESP nº 308.289/21-3 em 29.06.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**Peraltas Acampamento de Brotas Ltda.**

CNPJ 53.687.315/0001-15

**Edital de Convocação**  
Ficam convocados dos sócios para deliberação da 12ª Alteração do Contrato Social da Sociedade a ser realizada em 27 de Março de 2023, às 09 horas, na sede social, para fins de: (i) ingresso dos herdeiros do Sr. Gumercindo Lopes Coimbra Filho, (ii) cessão das quotas da sócia ingressante Sra. Marília Formica Coimbra Rabello para a também sócia Maria Pia Formica Lopes Coimbra, (iii) Alteração do Quadro Sociário; e (iv) consolidação do Contrato Social. SP, 17 de Março de 2023. **Maria Pia Formica Lopes Coimbra** - S.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 27A6-47E4-C2FD-D9D0.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/27A6-47E4-C2FD-D9DD> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 27A6-47E4-C2FD-D9DD



### Hash do Documento

D9672A94D4F27C0B2C69776FAB39F5470E2889B8D3F88C6D98EAC539B9C33CA4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
16/03/2023 23:53 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

